

Informações Trimestrais - ITR

*Em 31 de março de 2018 e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais*

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo.....	4
DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo.....	5
DFs Individuais / Demonstração do Resultado	6
DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente.....	7
DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto.....	8
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 a 31/03/2018 (Reais Mil).....	6
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 a 31/03/2017 (Reais Mil).....	7
DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado.....	8
DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo	9
DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo	10
DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado	11
DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente	12
DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto.....	13
DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 a 31/03/2018 (Reais Mil).....	14
DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 a 31/03/2017 (Reais Mil).....	15
DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado	16
NOTAS EXPLICATIVAS	17
1. A companhia e suas operações	17
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias	18
3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia.....	18
4. Sumário das principais práticas contábeis.....	19
5. Uso de estimativas.....	24
6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	24
7. Contas a receber	25
8. Estoques.....	28
9. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias	29
10. Investimentos.....	33
11. Imobilizado.....	35
12. Intangível	37
13. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	37
14. Fornecedores.....	38
15. Financiamentos	38
16. Arrendamentos mercantis	43
17. Partes relacionadas.....	43
18. Provisões para desmantelamento de áreas	49
19. Tributos.....	50
20. Benefícios concedidos a empregados	53
21. Patrimônio líquido	56
22. Receita de vendas	57
23. Outras despesas líquidas	57
24. Custos e despesas por natureza.....	58
25. Resultado financeiro líquido.....	58
26. Informações complementares a demonstração do fluxo de caixa	59
27. Informações por segmento.....	60
28. Processos judiciais e contingências	63
29. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo.....	72
30. Gerenciamento de riscos.....	72

31.	Valor justo dos ativos e passivos financeiros	77
32.	Eventos subsequentes	78
33.	Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2017 e 31 de março de 2018	80
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES		81

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	737.427.000	723.855.000
1.01	Ativo Circulante	82.310.000	81.883.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.324.000	1.305.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.529.000	3.531.000
1.01.03	Contas a Receber	26.625.000	34.239.000
1.01.04	Estoques	23.867.000	23.165.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.410.000	6.183.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.410.000	6.183.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social correntes	647.000	669.000
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	5.763.000	5.514.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.555.000	13.460.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	6.243.000	9.520.000
1.01.08.03	Outros	8.312.000	3.940.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	150.000	173.000
1.01.08.03.02	Outros	8.162.000	3.767.000
1.02	Ativo Não Circulante	655.117.000	641.972.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	52.000.000	50.816.000
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	204.000	204.000
1.02.01.03	Contas a Receber	14.240.000	15.211.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.838.000	8.999.000
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições	8.838.000	8.999.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	28.718.000	26.402.000
1.02.01.09.03	Adiantamento a Fornecedores	493.000	502.000
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	18.793.000	17.085.000
1.02.01.09.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	9.432.000	8.815.000
1.02.02	Investimentos	155.431.000	149.356.000
1.02.03	Imobilizado	441.446.000	435.536.000
1.02.04	Intangível	6.240.000	6.264.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	737.427.000	723.855.000
2.01	Passivo Circulante	134.709.000	132.319.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.166.000	3.662.000
2.01.02	Fornecedores	28.196.000	22.179.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	813.000	243.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	813.000	243.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	813.000	243.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	68.078.000	75.985.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	66.575.000	74.724.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.503.000	1.261.000
2.01.05	Outras Obrigações	21.128.000	20.590.000
2.01.05.02	Outros	21.128.000	20.590.000
2.01.05.02.04	Outros Impostos e contribuições	13.573.000	14.485.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	7.555.000	6.105.000
2.01.06	Provisões	11.998.000	9.054.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.163.000	6.397.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	9.163.000	6.397.000
2.01.06.02	Outras Provisões	2.835.000	2.657.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	2.835.000	2.657.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	330.000	606.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	330.000	606.000
2.02	Passivo Não Circulante	330.755.000	327.551.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	199.990.000	197.501.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	196.273.000	193.393.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	3.717.000	4.108.000
2.02.02	Outras Obrigações	2.199.000	2.169.000
2.02.02.02	Outros	2.199.000	2.169.000
2.02.02.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social	2.199.000	2.169.000
2.02.03	Tributos Diferidos	4.225.000	2.762.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.225.000	2.762.000
2.02.04	Provisões	124.341.000	125.119.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.377.000	12.680.000
2.02.04.02	Outras Provisões	113.964.000	112.439.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	65.501.000	64.519.000
2.02.04.02.05	Provisão para Desmantelamento de áreas	45.994.000	45.677.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	2.469.000	2.243.000
2.03	Patrimônio Líquido	271.963.000	263.985.000
2.03.01	Capital Social Realizado	205.432.000	205.432.000
2.03.02	Reservas de Capital	2.673.000	2.673.000
2.03.04	Reservas de Lucros	83.124.000	77.148.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-19.266.000	-21.268.000
2.02.04.02.05	Provisão para Desmantelamento de áreas	45.994.000	45.677.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	55.867.000	54.096.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.540.000	-35.631.000
3.03	Resultado Bruto	20.327.000	18.465.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.862.000	-7.017.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.405.000	-4.233.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.475.000	-1.578.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.266.000	-3.863.000
3.04.05.01	Tributárias	-366.000	-169.000
3.04.05.02	Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-493.000	-337.000
3.04.05.03	Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	-438.000	-303.000
3.04.05.05	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-969.000	-3.054.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.284.000	2.657.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.465.000	11.448.000
3.06	Resultado Financeiro	-4.519.000	-5.488.000
3.06.01	Receitas Financeiras	730.000	693.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	730.000	693.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.249.000	-6.181.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-3.319.000	-4.104.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-1.930.000	-2.077.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.946.000	5.960.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.985.000	-1.511.000
3.08.01	Corrente	-2.740.000	-
3.08.02	Diferido	-245.000	-1.511.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.961.000	4.449.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.961.000	4.449.000
3.99.01.01	ON	0,53	0,34
3.99.01.02	PN	0,53	0,34
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,53	0,34
3.99.02.02	PN	0,53	0,34

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	6.961.000	4.449.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.073.000	3.142.000
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão	852.000	-2.471.000
4.02.04	Resultados ñ realizados em títulos mensurados a vlr justo por meio de outros resultados abrangentes	-3.000	-
4.02.06	IR e CSLL diferidos s/ títulos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.000	-
4.02.07	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa Reconhecidos no PL	-1.116.000	5.263.000
4.02.08	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa transferidos para o resultado	2.402.000	1.964.000
4.02.09	IR e CSLL diferidos s/ Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa	-437.000	-2.458.000
4.02.10	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	374.000	844.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.034.000	7.591.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.386.000	6.485.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	18.623.000	19.912.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	6.961.000	4.449.000
6.01.01.03	Despesa Atuarial com Plano de Pensão e Saúde	1.782.000	1.998.000
6.01.01.04	Resultado de Participações em Investimentos	-2.284.000	-2.657.000
6.01.01.05	Depreciação, Depleção e Amortização	8.623.000	8.264.000
6.01.01.06	Perda na Recuperação de Ativos	34.000	51.000
6.01.01.07	Baixa de Poços Secos	26.000	24.000
6.01.01.08	Resultado com alienações e baixa de ativos	-3.063.000	148.000
6.01.01.09	Var. Cambial Monetária e Enc. sobre Financiamentos	5.303.000	5.533.000
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Dif. Líquidas	245.000	1.511.000
6.01.01.12	Perdas de Créditos Esperadas	419.000	2.000
6.01.01.14	Revisão e atualização financeira de desmantelamento de áreas	577.000	589.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.237.000	-13.427.000
6.01.02.01	Contas a Receber	219.000	-6.041.000
6.01.02.02	Estoques	-701.000	657.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-1.707.000	-1.008.000
6.01.02.04	Outros Ativos	-4.445.000	-329.000
6.01.02.05	Fornecedores	-759.000	-4.261.000
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	1.690.000	161.000
6.01.02.07	Plano de Pensão e Saúde	-623.000	-465.000
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.175.000	-
6.01.02.09	Outros Passivos	2.264.000	-2.141.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.641.000	-5.075.000
6.02.01	Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	-7.403.000	-7.038.000
6.02.02	Adições em Investimentos	-3.248.000	-466.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos (Desinvestimentos)	5.102.000	-
6.02.04	Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários	6.432.000	2.168.000
6.02.05	Dividendos Recebidos	758.000	261.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.008.000	-464.000
6.03.02	Captações	26.934.000	16.950.000
6.03.03	Amortizações de Principal	-33.949.000	-16.093.000
6.03.04	Amortizações de Juros	-1.993.000	-1.321.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.019.000	946.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.305.000	6.267.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.324.000	7.213.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 a 31/03/2018 (Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	2.673.000	77.148.000	-	-21.268.000	263.985.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-989.000	-67.000	-1.056.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	2.673.000	77.148.000	-989.000	-21.335.000	262.929.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	3.000	-3.000	-
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	-	-	-	3.000	-3.000	-
5.05	Resultado Abrangente Total	-	-	-	6.961.000	2.073.000	9.034.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-	-	-	6.961.000	-	6.961.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	2.073.000	2.073.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	2.673.000	77.148.000	5.975.000	-19.265.000	271.963.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 a 31/03/2017 (Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	1.251.000	77.584.000	-	-34.037.000	250.230.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	1.251.000	77.584.000	-	-34.037.000	250.230.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-	-1.000	-	2.000	-2.000	-1.000
5.04.08	Mudança de participação em controladas	-	-1.000	-	-	-	-1.000
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	-	-	-	2.000	-2.000	-
5.05	Resultado Abrangente Total	-	-	-	4.449.000	3.142.000	7.591.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-	-	-	4.449.000	-	4.449.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	3.142.000	3.142.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	1.250.000	77.584.000	4.451.000	-30.897.000	257.820.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	88.775.000	80.887.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	77.047.000	71.013.000
7.01.02	Outras Receitas	3.873.000	1.777.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	8.274.000	8.099.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-419.000	-2.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.023.000	-25.436.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.884.000	-8.250.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.554.000	-12.608.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-34.000	-51.000
7.02.04	Outros	-5.551.000	-4.527.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-5.551.000	-4.527.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	64.752.000	55.451.000
7.04	Retenções	-8.623.000	-8.264.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.623.000	-8.264.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	56.129.000	47.187.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.233.000	3.570.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.284.000	2.657.000
7.06.02	Receitas Financeiras	730.000	693.000
7.06.03	Outros	219.000	220.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	59.362.000	50.757.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	59.362.000	50.757.000
7.08.01	Pessoal	5.969.000	6.275.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.450.000	3.727.000
7.08.01.02	Benefícios	2.235.000	2.227.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	284.000	321.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.242.000	20.907.000
7.08.02.01	Federais	21.732.000	14.080.000
7.08.02.02	Estaduais	6.380.000	6.776.000
7.08.02.03	Municipais	130.000	51.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.190.000	19.126.000
7.08.03.01	Juros	6.513.000	7.312.000
7.08.03.02	Aluguéis	11.677.000	11.814.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.961.000	4.449.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.961.000	4.449.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	824.153.000	831.515.000
1.01	Ativo Circulante	145.412.000	155.909.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	66.362.000	74.494.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.905.000	6.237.000
1.01.03	Contas a Receber	15.631.000	16.446.000
1.01.04	Estoques	29.361.000	28.081.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.334.000	8.062.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.334.000	8.062.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social correntes	1.630.000	1.584.000
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	6.704.000	6.478.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.819.000	22.589.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	11.646.000	17.592.000
1.01.08.03	Outros	10.173.000	4.997.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	261.000	258.000
1.01.08.03.02	Outros	9.912.000	4.739.000
1.02	Ativo Não Circulante	678.741.000	675.606.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	72.314.000	70.955.000
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	211.000	211.000
1.02.01.03	Contas a Receber	16.124.000	17.120.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	21.555.000	21.544.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.484.000	11.373.000
1.02.01.06.02	Impostos e Contribuições	10.071.000	10.171.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	34.424.000	32.080.000
1.02.01.09.03	Adiantamento a Fornecedores	3.280.000	3.413.000
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	20.274.000	18.465.000
1.02.01.09.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	10.870.000	10.202.000
1.02.02	Investimentos	12.674.000	12.554.000
1.02.03	Imobilizado	585.947.000	584.357.000
1.02.04	Intangível	7.806.000	7.740.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	824.153.000	831.515.000
2.01	Passivo Circulante	78.116.000	82.535.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.920.000	4.331.000
2.01.02	Fornecedores	18.027.000	19.077.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.625.000	990.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.625.000	990.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.625.000	990.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.474.000	23.244.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.389.000	23.160.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	85.000	84.000
2.01.05	Outras Obrigações	23.819.000	23.344.000
2.01.05.02	Outros	23.819.000	23.344.000
2.01.05.02.04	Outros Impostos e contribuições	14.115.000	15.046.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	9.704.000	8.298.000
2.01.06	Provisões	13.758.000	10.254.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.776.000	7.463.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	10.776.000	7.463.000
2.01.06.02	Outras Provisões	2.982.000	2.791.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	2.982.000	2.791.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	493.000	1.295.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	493.000	1.295.000
2.02	Passivo Não Circulante	468.284.000	479.371.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	325.505.000	338.239.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	324.835.000	337.564.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	670.000	675.000
2.02.02	Outras Obrigações	2.249.000	2.219.000
2.02.02.02	Outros	2.249.000	2.219.000
2.02.02.02.03	Imposto de renda e contribuição social	2.249.000	2.219.000
2.02.03	Tributos Diferidos	5.608.000	3.956.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.608.000	3.956.000
2.02.04	Provisões	134.922.000	134.957.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.207.000	15.778.000
2.02.04.02	Outras Provisões	121.715.000	119.179.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	70.609.000	69.421.000
2.02.04.02.05	Provisão para Desmantelamento de Áreas	47.133.000	46.785.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	3.973.000	2.973.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	277.753.000	269.609.000
2.03.01	Capital Social Realizado	205.432.000	205.432.000
2.03.02	Reservas de Capital	2.457.000	2.457.000
2.03.04	Reservas de Lucros	83.339.000	77.364.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-19.265.000	-21.268.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	5.790.000	5.624.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	74.461.000	68.365.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-47.688.000	-44.579.000
3.03	Resultado Bruto	26.773.000	23.786.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.447.000	-8.904.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.128.000	-2.390.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.142.000	-2.307.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.688.000	-4.819.000
3.04.05.01	Tributárias	-481.000	-291.000
3.04.05.02	Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-495.000	-337.000
3.04.05.03	Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	-442.000	-296.000
3.04.05.05	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-1.270.000	-3.895.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	511.000	612.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.326.000	14.882.000
3.06	Resultado Financeiro	-7.246.000	-7.755.000
3.06.01	Receitas Financeiras	1.101.000	933.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.101.000	933.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.347.000	-8.688.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-5.850.000	-5.945.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-2.497.000	-2.743.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.080.000	7.127.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.955.000	-2.320.000
3.08.01	Corrente	-3.321.000	-826.000
3.08.02	Diferido	-634.000	-1.494.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.125.000	4.807.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	7.125.000	4.807.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.961.000	4.449.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	164.000	358.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,53	0,34
3.99.01.02	PN	0,53	0,34
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,53	0,34
3.99.02.02	PN	0,53	0,34

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	7.125.000	4.807.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.116.000	3.097.000
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão	895.000	-2.516.000
4.02.04	Resultados ñ realizados em títulos mensurados a vlr justo por meio de outros resultados abrangentes	-3.000	-40.000
4.02.06	IR e CSLL diferidos s/ títulos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.000	-
4.02.07	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa Reconhecidos no PL	-1.099.000	5.461.000
4.02.08	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa transferidos para o resultado	2.661.000	2.435.000
4.02.09	IR e CSLL diferidos s/ Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa	-531.000	-2.684.000
4.02.10	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	192.000	441.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	9.241.000	7.904.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.034.000	7.591.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	207.000	313.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.218.000	23.225.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	26.782.000	27.465.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	7.125.000	4.807.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Plano de Pensão e Saúde	1.943.000	2.177.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	-511.000	-612.000
6.01.01.04	Depreciação, Depleção e Amortização	11.057.000	10.766.000
6.01.01.05	Perda na Recuperação de Ativos	58.000	-21.000
6.01.01.06	Baixa de Poços Secos	26.000	24.000
6.01.01.07	Resultado com alienações e baixa de ativos	-3.261.000	123.000
6.01.01.08	Varição Cambial Monetária e Enc. sobre Financiamentos	8.614.000	7.854.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Dif. Líquidos	634.000	1.494.000
6.01.01.10	Perdas de Créditos Esperadas	443.000	-6.000
6.01.01.11	Ajuste ao valor de mercado dos estoques	60.000	71.000
6.01.01.12	Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA e outros resultados abrangentes	-	185.000
6.01.01.13	Revisão e Atualização financeira de abandono	594.000	603.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.564.000	-4.240.000
6.01.02.01	Contas a Receber	1.810.000	1.513.000
6.01.02.02	Estoques	-1.142.000	1.214.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-1.712.000	-951.000
6.01.02.04	Outros Ativos	-4.676.000	-454.000
6.01.02.05	Fornecedores	-1.357.000	-3.290.000
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	1.933.000	300.000
6.01.02.07	Plano de Pensão e Saúde	-662.000	-491.000
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.469.000	-264.000
6.01.02.09	Outros Passivos	2.711.000	-1.817.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	638.000	-8.262.000
6.02.01	Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	-9.919.000	-10.024.000
6.02.02	Adições em Investimentos	-22.000	-34.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos (Desinvestimentos)	7.502.000	1.873.000
6.02.04	Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários	2.361.000	-278.000
6.02.05	Dividendos Recebidos	716.000	201.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-30.486.000	-21.360.000
6.03.01	Participação de Acionistas não Controladores	121.000	-130.000
6.03.02	Captações	19.258.000	13.028.000
6.03.03	Amortizações de Principal	-43.861.000	-29.006.000
6.03.04	Amortizações de Juros	-6.004.000	-5.252.000
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-502.000	-1.837.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.132.000	-8.234.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	74.494.000	69.108.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.362.000	60.874.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 a 31/03/2018 (Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	2.673.000	77.148.000	-	-21.268.000	263.985.000	5.624.000	269.609.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-989.000	-67.000	-1.056.000	-51.000	-1.107.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	2.673.000	77.148.000	-989.000	-21.335.000	262.929.000	5.573.000	268.502.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	3.000	-3.000	-	10.000	10.000
5.04.06	Dividendos	-	-	-	-	-	-	-110.000	-110.000
5.04.08	Mudança de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	120.000	120.000
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	-	-	-	3.000	-3.000	-	-	-
5.05	Resultado Abrangente Total	-	-	-	6.961.000	2.073.000	9.034.000	207.000	9.241.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-	-	-	6.961.000	-	6.961.000	164.000	7.125.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	2.073.000	2.073.000	43.000	2.116.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	2.673.000	77.148.000	5.975.000	-19.265.000	271.963.000	5.790.000	277.753.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 a 31/03/2017 (Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	1.035.000	77.800.000	-	-34.037.000	250.230.000	2.513.000	252.743.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	1.035.000	77.800.000	-	-34.037.000	250.230.000	2.513.000	252.743.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-	-1.000	-	2.000	-2.000	-1.000	-130.000	-131.000
5.04.08	Mudança de participação em controladas	-	-1.000	-	-	-	-1.000	-130.000	-131.000
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	-	-	-	2.000	-2.000	-	-	-
5.05	Resultado Abrangente Total	-	-	-	4.449.000	3.142.000	7.591.000	313.000	7.904.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-	-	-	4.449.000	-	4.449.000	358.000	4.807.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	3.142.000	3.142.000	-45.000	3.097.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	1.034.000	77.800.000	4.451.000	-30.897.000	257.820.000	2.696.000	260.516.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	108.649.000	97.523.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	95.475.000	86.485.000
7.01.02	Outras Receitas	4.518.000	2.338.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	9.099.000	8.694.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-443.000	6.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.468.000	-31.716.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.453.000	-12.616.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.882.000	-14.119.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-58.000	21.000
7.02.04	Outros	-6.075.000	-5.002.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-6.015.000	-4.931.000
7.02.04.02	Ajuste Ao Valor De Mercado Dos Estoques	-60.000	-71.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	75.181.000	65.807.000
7.04	Retenções	-11.057.000	-10.766.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.057.000	-10.766.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	64.124.000	55.041.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.691.000	1.633.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	511.000	612.000
7.06.02	Receitas Financeiras	1.101.000	933.000
7.06.03	Outros	79.000	88.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	65.815.000	56.674.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	65.815.000	56.674.000
7.08.01	Pessoal	7.228.000	7.753.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.346.000	4.854.000
7.08.01.02	Benefícios	2.556.000	2.535.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	326.000	364.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.079.000	27.286.000
7.08.02.01	Federais	23.636.000	15.941.000
7.08.02.02	Estaduais	11.213.000	11.194.000
7.08.02.03	Municipais	230.000	151.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.383.000	16.828.000
7.08.03.01	Juros	9.962.000	10.219.000
7.08.03.02	Aluguéis	6.421.000	6.609.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.125.000	4.807.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.961.000	4.449.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	164.000	358.000

1. A companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, doravante denominada “Petrobras” ou “companhia”, é uma sociedade de economia mista, sob controle da União com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelas normas de direito privado - em geral - e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e por seu Estatuto Social.

Caso ocorra a admissão da Petrobras no segmento especial de listagem denominado Nível 2, da B3, a companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da Brasil Bolsa Balcão – B3 (Regulamento do Nível 2).

As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social da companhia, exceto quanto ao disposto nos artigos 30, parágrafos 4º e 5º, 40, parágrafos 3º e 4º e 58, parágrafo único do referido Estatuto.

A companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

A Petrobras, diretamente ou através de suas subsidiárias integrais e de suas controladas, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

A Petrobras poderá ter suas atividades, desde que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional, previsto no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. O exercício de tal prerrogativa será objeto da carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, de que trata o artigo 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

No exercício da prerrogativa de que trata o parágrafo acima, a União somente poderá orientar a companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, como aqueles relativos à comercialização de combustíveis, bem como outras atividades correlatas, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I – estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II – tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

Além disso, na hipótese de a Petrobras ser orientada pela União a perseguir o interesse público que justificou a sua criação em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, o Comitê Financeiro e o Comitê de Minoritários, em suas atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração, e com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da companhia, avaliarão e mensurarão a diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida pela companhia. Nesta hipótese, a União compensará, a cada exercício social, a companhia por essa diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais da Controladora foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais da controladora. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 7 de maio de 2018, autorizou a divulgação destas informações trimestrais.

3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia

A companhia reconheceu no terceiro trimestre de 2014 uma baixa no montante de R\$ 6.194 (R\$ 4.788 na Controladora) de gastos capitalizados, referente à estimativa de valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. Para mais informações sobre a baixa, veja nota explicativa 3 das demonstrações contábeis anuais auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2018, a companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e conseqüentemente o registro contábil de baixas complementares. A companhia monitorou as investigações da “Operação Lava Jato”, efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

Somos oficialmente reconhecidos como vítima dos crimes apurados na “Operação Lava Jato” pelo Ministério Público Federal e pelo juiz competente para julgar os processos criminais relacionados ao caso. A nossa posição de vítima foi reconhecida também em decisões do Supremo Tribunal Federal. Por esse motivo, ingressamos em 45 ações penais como assistentes de acusação e em outras quatro como parte interessada, bem como renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente aos nossos investidores e ao público em geral.

Além disso, temos tomados as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

Com esse objetivo, ingressamos 15 ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, ajuizadas pelo Ministério Público Federal pela União Federal, incluindo pedido de indenização por danos morais.

À medida que as investigações da “Operação Lava Jato” resultem em acordos de leniência com empresas ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Petrobras pode ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras despesas líquidas quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

Nesse sentido, até o primeiro trimestre de 2018 a Petrobras reconheceu o ressarcimento de gastos referentes à “Operação Lava Jato” no montante acumulado de R\$ 1.477 (sendo R\$ 1.476 até 31 de dezembro de 2017).

3.1. Investigações envolvendo a companhia

A Petrobras não é um dos alvos das investigações da “Operação Lava Jato” e é reconhecida formalmente pelas autoridades brasileiras como vítima do esquema de pagamentos indevidos.

Em 21 de novembro de 2014, a Petrobras recebeu uma intimação (subpoena) da Securities and Exchange Commission (SEC) requerendo documentos relativos à companhia sobre, dentre outros itens, Operação Lava Jato e qualquer acusação relacionada à violação da Lei de Prática de Corrupção no Exterior (U.S. Foreign Corrupt Practices Act). O Departamento de Justiça dos EUA (U.S. Department of Justice - DoJ) está conduzindo um procedimento semelhante. A companhia tem atendido às solicitações oriundas de ambas as investigações e pretende continuar contribuindo, atuando em conjunto com os escritórios de advocacia brasileiro e norte-americano contratados para realizar uma investigação interna independente. As investigações da SEC e DoJ podem ocasionar em penalidades cíveis ou criminais, pagamento de multas ou outra reparação financeira, determinações ou ordens judiciais quanto a condutas futuras ou outras penalidades.

Considerando que apurações da SEC e do DoJ permanecem em curso até a presente data, não é possível estimar a duração, o alcance ou os resultados dessas apurações. Dessa forma, a companhia não é capaz de fazer uma estimativa confiável sobre eventuais valores e a probabilidade de penalidades que possam ser exigidos.

Em 15 de dezembro de 2015, foi editada a Portaria de Inquérito Civil nº 01/2015, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, instaurando Inquérito Civil para apuração de potenciais danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários, tendo a Petrobras como Representada. A companhia vem prestando todas as informações pertinentes.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos requerimentos contidos nos pronunciamentos: IFRS 9 *Financial Instruments*, análogo ao CPC 48 Instrumentos Financeiros, inclusive aqueles reativos à contabilidade de *hedge*; IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*, análogo ao CPC 47 Receita de Contrato com Cliente; e IFRIC 22 *Foreign Currency Transactions and Advance Consideration*, análogo ao ICPC 21 Transação em moeda estrangeira e adiantamento.

4.1. IFRS 9 Financial Instruments / CPC 48 Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de *hedge* e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo IFRS 9, a companhia não reapresentou suas demonstrações financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. Nestes casos, as diferenças nos valores contábeis de ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção do IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas em lucros acumulados no patrimônio líquido. Informações sobre os impactos consolidados em 1º de janeiro de 2018 sobre os itens do balanço patrimonial são apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Item do balanço patrimonial	Divulgado em 31.12.2017	Ajuste pela adoção inicial do IFRS 9	Nota	Saldo em 01.01.2018
Ativo Circulante				
Contas a receber, líquidas	16.446	(341)	4.1.3	16.105
Ativo Não Circulante				
Contas a receber, líquidas	17.120	(64)	4.1.3	17.056
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.373	484		11.857
Outros ativos	10.202	(7)	4.1.3	10.195
Passivo Circulante				
Financiamentos	23.160	3	4.1.2	23.163
Passivo Não Circulante				
Financiamentos	337.564	1.175	4.1.2	338.739
Patrimônio Líquido				
Outros resultados abrangentes	(21.268)	(67)	4.1.1	(21.335)
Lucros acumulados	-	(989)		(989)
Atribuído aos acionistas não controladores	5.624	(51)		5.573

Os novos requerimentos de contabilidade de hedge foram aplicados de forma prospectiva. As relações de *hedge* de fluxo de caixa das exportações futuras altamente prováveis para fins de IAS 39 foram consideradas como relações de proteções contínuas para fins de IFRS 9, uma vez que também se qualificam para contabilização de *hedge* de acordo com o novo pronunciamento.

A seguir são apresentadas as principais práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2018 adotadas em razão dos requerimentos do IFRS 9:

4.1.1. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38/ IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para títulos e valores mobiliários em 1º de janeiro de 2018:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Classificação original de acordo com CPC 38 / IAS 39	Valor contábil original de acordo com CPC 38 / IAS 39 em 31 de dezembro de 2017			Nova classificação de acordo com CPC 48 / IFRS 9	Novo valor contábil de acordo com CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018		
	País	Exterior	Total		País	Exterior	Total
Para negociação	3.531	-	3.531	Valor justo por meio do resultado	4.222	-	4.222
Disponíveis para venda	505	2.015	2.520	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	42	2.015	2.057
Mantidos até o vencimento	397	-	397	Custo amortizado	169	-	169
	4.433	2.015	6.448		4.433	2.015	6.448

4.1.2. Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros

Os saldos contábeis de passivos financeiros mensurados a custo amortizado cujos termos contratuais foram modificados não substancialmente refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4.1.3. Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (*Impairment*)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Para tais fins, o risco de crédito do instrumento financeiro é considerado baixo se o mutuário tiver sólida capacidade de cumprir suas obrigações de fluxos de caixa contratuais em curto prazo e alterações adversas nas condições econômicas e de negócios em longo prazo possam, mas não necessariamente, reduzir a capacidade do mutuário de cumprir suas obrigações de fluxos de caixa contratuais. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (*default*)

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente (*default*) quando:

- ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias; ou
- a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperada

A perda de crédito esperada sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original, ponderada pela probabilidade de perdas de crédito.

A mensuração da perda de crédito esperada é função da: probabilidade de inadimplência (*default*), perda dada à inadimplência (a magnitude da perda caso um *default* ocorra) e exposição à inadimplência (*default*).

A avaliação da probabilidade de inadimplência (*default*) considera publicações das principais agências classificadoras de riscos, bem como metodologias internas de avaliação. A perda, dada a inadimplência, considera também a probabilidade dos fluxos de caixa esperados da execução da garantia (ativos colaterais) e outras melhorias de crédito que são partes dos termos contratuais, menos os custos de obtenção e venda dessas garantias. A exposição à inadimplência (*default*) é representada pelo valor contábil bruto do ativo financeiro na data do balanço.

Apresentação

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

4.1.4. Contabilidade de Hedge

No início da relação de proteção, a companhia documenta a relação de proteção e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para assumir o *hedge*, incluindo identificação: do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e avaliação dos requerimentos de efetividade de *hedge*. A relação de proteção atende a todos os seguintes requisitos de efetividade de *hedge* quando:

- existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- o efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- o índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A companhia aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para determinadas transações. As relações de *hedge* de fluxos de caixa se referem a *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, que possam afetar o resultado.

Em tais *hedges*, a parcela eficaz dos ganhos e perdas decorrentes dos instrumentos de proteção é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido afetar o resultado do período. A parcela não eficaz é registrada no resultado financeiro do período.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é liquidado antecipadamente ou quando a relação de proteção (ou parte da relação de proteção) deixar de atender aos critérios de qualificação para contabilidade de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* de fluxo de caixa: i) permanece na reserva de *hedge* de fluxo de caixa até que ocorram os fluxos de caixa futuros se ainda se espera que ocorram os fluxos de caixa futuros protegidos, ou, ii) se não se espera mais que ocorram fluxos de caixa futuros protegidos, esse valor deve ser imediatamente reclassificado da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para o resultado.

Adicionalmente, quando um instrumento financeiro designado como instrumento de *hedge* vence ou é liquidado, a companhia pode substituí-lo por outro instrumento financeiro, de maneira a garantir a continuidade da relação de *hedge*. Similarmente, quando uma transação designada como objeto de proteção ocorre, a companhia pode designar o instrumento financeiro que protegia essa transação como instrumento de *hedge* em uma nova relação de *hedge*.

4.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers/CPC 47 Receita de Contrato com Cliente

A companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo IFRS 15, a companhia adotou o pronunciamento retrospectivamente com reconhecimento dos efeitos da aplicação inicial em lucros acumulados. No entanto, as mudanças em função da adoção do IFRS 15 apenas alteraram a forma como certas receitas de contratos com clientes são apresentadas na demonstração de resultados da companhia. Desta forma, não foram reconhecidos impactos em lucros acumulados.

Estão apresentados a seguir os impactos na demonstração de resultado, para o período findo em 31 de março de 2018:

	Divulgado em 31.03.2018	Impactos da adoção do IFRS 15			Saldo sem impactos do IFRS 15 em 31.03.2018
		Agente	Receitas de direitos não exercidos (<i>breakage</i>)	Outros	
Receita de vendas	74.461	1.907	(221)	(77)	76.070
Custo dos produtos e serviços vendidos	(47.688)	(1.907)	196	-	(49.399)
Lucro bruto	26.773	-	(25)	(77)	26.671
Receitas e despesas operacionais	(8.958)	-	25	77	(8.856)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	17.815	-	-	-	17.815

Atuação da companhia como agente

De acordo com as práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2017, a companhia considera que atuava como principal em algumas transações, de maneira que apresentava separadamente as receitas dessas vendas, o custo do produto vendido e as despesas de vendas. No entanto, segundo os requerimentos contidos no IFRS 15, a companhia atua como agente, pois não chega a obter o controle dos bens ou serviços que são subsequentemente vendidos ao cliente. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2018, as receitas dessas operações estão sendo apresentadas na mesma linha na demonstração de resultados, mas líquidas do custo do produto vendido e despesas de vendas.

Receitas de direitos não exercidos (*breakage*)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

De acordo com as práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2017, a companhia considerava como receitas de penalidades, apresentadas na linha de "Outras despesas líquidas" na demonstração de resultados, as receitas oriundas de direitos não exercidos por clientes em certos contratos com cláusulas de *take or pay* e *ship or pay*. No entanto, segundo os requerimentos contidos no IFRS 15, as receitas oriundas de direitos não exercidos por clientes devem ser consideradas como receitas de vendas e estão sendo apresentadas como tal a partir de 1º de janeiro de 2018.

4.3. IFRIC 22 *Foreign Currency Transactions and Advance Consideration* / ICPC 21 transação em moeda estrangeira e adiantamento.

A companhia aplicou prospectivamente os requerimentos estabelecidos pelo IFRIC 22 que esclarecem que a data da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do ativo, da despesa ou da receita relacionada a determinados adiantamentos é a mesma utilizada no reconhecimento inicial do adiantamento.

5. Uso de estimativas

Na elaboração das informações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás natural e seus impactos em outros itens das demonstrações financeiras, premissas e definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade de ativos, benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego, processos judiciais e contingências, custos com obrigações de desmantelamento de áreas, tributos diferidos sobre o lucro, contabilidade de hedge de fluxo de caixa de exportação e perdas de crédito esperada. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos, revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Para mais informações sobre estimativas relevantes, vide nota explicativa 5 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pelas perdas em crédito de liquidação duvidosa que, em razão da adoção do IFRS 9/CPC 48 devem ser mensuradas de acordo com as perdas de crédito esperadas, conforme nota explicativa 4.1.3.

A provisão de perda de crédito esperada para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perda de crédito esperada.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

6.1. Caixa e bancos

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Caixa e bancos	5.989	5.193
Aplicações financeiras de curto prazo		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	5.629	3.889
Outros fundos de investimentos	672	57
	6.301	3.946
- No exterior		
Time deposits	24.706	20.632
Auto Invest e contas remuneradas	24.538	37.337
Títulos do Tesouro Americano	-	-
Outras aplicações financeiras	4.828	7.386
	54.072	65.355
Total das aplicações financeiras de curto prazo	60.373	69.301
Total de caixa e equivalentes de caixa	66.362	74.494

As principais aplicações de caixa no primeiro trimestre de 2018 foram para cumprimento do serviço da dívida, incluindo pré-pagamentos, no total de R\$ 49.865, além dos investimentos nos segmentos de negócio no montante de R\$ 9.919. Essas aplicações foram substancialmente proporcionadas por uma geração de caixa operacional de R\$ 22.218, captações de R\$ 19.258 e recebimentos pela venda de ativos e de participações de R\$ 7.502.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

A mensuração das perdas de crédito esperadas sobre o caixa em 31 de março de 2018 resultou em valores imateriais.

6.2. Títulos e valores mobiliários

	31.03.2018			Consolidado 01.01.2018		
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Valor justo por meio do resultado	3.905	-	3.905	4.222	-	4.222
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	40	-	40	42	2.015	2.057
Custo amortizado	171	-	171	169	-	169
Total	4.116	-	4.116	4.433	2.015	6.448
Circulante	3.905	-	3.905	4.222	2.015	6.237
Não circulante	211	-	211	211	-	211

Os títulos classificados como valor justo por meio de resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

A mensuração das perdas de crédito esperadas sobre os títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes em 31 de março de 2018 resultou em valores imateriais e a classificação dos saldos conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 estão apresentadas na nota explicativa 4.1

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	31.03.2018	Consolidado 31.12.2017
	Terceiros	21.880
Partes relacionadas		
Investidas (nota explicativa 17.7)	1.647	1.752
Recebíveis do setor elétrico (nota explicativa 7.4) ^(*)	17.544	17.362
Contas petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	829	829
Arrendamento mercantil financeiro	1.803	1.818
Recebíveis por desinvestimento na Nova Transportadora do Sudeste	2.922	2.885
Outras	5.682	5.449
	52.307	53.233
Perdas de crédito esperadas - PCE	(20.552)	(19.667)
Total	31.755	33.566
Circulante	15.631	16.446
Não circulante	16.124	17.120

^(*) Inclui o valor de R\$ 764 em 31 de março de 2018 (R\$ 795 em 31 de dezembro de 2017) referente a arrendamento mercantil financeiro a receber com empresa AME.

As contas a receber que eram classificadas de acordo com o IAS 39/CPC 38 na categoria empréstimos e recebíveis, após a adoção do IFRS 9/CPC 48, encontram-se classificados na categoria custo amortizado, exceto para determinados recebíveis com formação de preço final após a transferência de controle dos produtos dependente da variação do valor da *commodity*, classificados na categoria valor justo por meio do resultado, cujo valor em 31 de março de 2018 totalizou R\$ 153, conforme nota explicativa 4.1.3.

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

7.2. Contas a receber vencidos - Terceiros

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Até 3 meses	1.456	1.972
De 3 a 6 meses	201	171
De 6 a 12 meses	277	275
Acima de 12 meses	11.948	11.819
Total	13.882	14.237

7.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas – PCE

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Saldo inicial	19.667	17.682
Adoção inicial IFRS 9	405	-
Adições	464	2.269
Baixas	(20)	(349)
Ajuste Acumulado de Conversão	36	65
Saldo final	20.552	19.667
Circulante	7.147	6.842
Não circulante	13.405	12.825

No primeiro trimestre de 2017, a companhia apresentou reversão de perda em contas a receber no valor de R\$ 6.

7.4. Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

	Consolidado							
	31.12.2017	Faturamen- tos	Recebimen- tos	Transferên- cias(*)	Baixas	Constituição de PCE, líquida de reversão	Juros	31.03.2018
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)								
Eletrobras Distribuição Amazonas - AME-D	8.480	48	(699)	654	-	(334)	194	8.343
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	1.244	-	(6)	-	-	-	6	1.244
Outros	366	1	(21)	-	-	11	5	362
Subtotal	10.090	49	(726)	654	-	(323)	205	9.949
Terceiros								
Cia de Gás do Amazonas - Cigás	467	1.065	(271)	(654)	-	(85)	-	522
Centrais Elétricas do Pará - Celpa	9	51	(55)	-	-	-	-	5
Outros	28	143	(142)	-	-	-	-	29
Subtotal	504	1.259	(468)	(654)	-	(85)	-	556
Contas a receber líquido	10.594	1.308	(1.194)	-	-	(408)	205	10.505
Contas a receber - Sistema Eletrobras								
(-) PCE	(7.272)	-	-	-	-	(323)	-	(7.595)
Subtotal	10.090	49	(726)	654	-	(323)	205	9.949
Contas a receber - Terceiros								
(-) PCE	(1.072)	-	-	-	-	(85)	-	(1.157)
Subtotal	504	1.259	(468)	(654)	-	(85)	-	556
Total de contas a receber	18.938	1.308	(1.194)	-	-	-	205	19.257
(-) PCE	(8.344)	-	-	-	-	(408)	-	(8.752)
Contas a receber líquido	10.594	1.308	(1.194)	-	-	(408)	205	10.505

(*) Transferência de recebíveis vencidos da Cigás para AME-D, conforme previsto no contrato comercial de compra e venda de gás natural (contratos upstream e downstream) entre Petrobras, Cigás e AME-D.

O Sistema Petrobras fornece óleo combustível e gás natural, entre outros produtos, para geração de energia termelétrica pelas concessionárias de distribuição de energia (controladas da Eletrobras) e produtores independentes de energia (PIE) que compõem o Sistema Isolado de energia na região norte do país (Isolados e Manaus), que por razões técnicas, não está ainda em condições de ter a totalidade de sua demanda de energia elétrica atendida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN).

O custo do fornecimento de combustíveis líquidos e gás natural para os Sistemas Isolados e Manaus compõe o custo total de geração desses sistemas que é apenas parcialmente pago pelos consumidores locais (até o limite do custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada), sendo a maior parte reembolsada pela da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), uma das rubricas do Fundo setorial CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

Os marcos legais da CCC e do Fundo CDE passaram por algumas alterações nos últimos anos, merecendo destaque a MP nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 e a MP nº 735/2016, convertida na Lei nº 13.360/2016.

Essas alterações legais aliadas a problemas administrativos e processos fiscalizatórios movidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) contra o gestor do Fundo CDE, e contra os beneficiários da CCC (concessionárias do grupo Eletrobras) causaram instabilidades e reduções nos reembolsos da CCC a partir do ano de 2013, situação que gerou deficiência de caixa nas concessionárias do grupo Eletrobras, que por sua vez tornaram-se inadimplentes em relação as obrigações assumidas perante o Sistema Petrobras.

A fim de regularizar esta situação, em 31 de dezembro de 2014, foram celebrados contratos de confissão de dívida (CCD) pela Petrobras e pela Petrobras Distribuidora S.A (BR), com as subsidiárias da Eletrobras; Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE, Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON, Boa Vista Energia S/A – Boa Vista, no montante de R\$ 8.601, abrangendo débitos destas vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela SELIC, para pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015, dos quais R\$ 7.380, possuíam garantia real por Penhor de Créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O Sistema Eletrobras tem cumprido com os pagamentos de CCDs assinados em 2014 mesmo que com atrasos intermitentes.

Importante destacar que o Contrato de Penhor de Créditos foi constituído com base no reconhecimento de dívida existente entre o Fundo CDE (representado por sua gestora Eletrobras) e os credores da CCC (Distribuidoras da Eletrobras). Esse reconhecimento de dívida foi autorizado pela Portaria Interministerial (MME/MF) nº 652, de 10 de dezembro de 2014.

Ainda sobre o Penhor de Créditos, registra-se que por meio do Despacho ANEEL nº 504/2015 de 27 de fevereiro de 2015, a Diretoria da Agência reconheceu o valor de R\$ 6,56 bilhões da repactuação de dívida da CDE com os credores da CCC. Além disso, a ANEEL, por meio do Despacho nº 952 de 07 de abril de 2015, reconheceu valor adicional de R\$ 1,566 bilhão de dívidas da CDE com os credores da CCC. Estes despachos evidenciaram a constituição do crédito CCC em favor das Distribuidoras da Eletrobras, que em parte foi dado em Penhor à Petrobras no total de R\$ 7.380.

A amortização da dívida estabelecida nos CCDs ocorre em duas etapas, sendo a primeira com amortização de 15% do valor repactuado, cujas parcelas encerraram em janeiro de 2018, e a partir de fevereiro iniciou-se o pagamento das 84 parcelas que amortizam os 85% restantes do saldo devedor. Com isso, é esperada para este ano uma redução progressiva de contas a receber do setor elétrico.

Com vistas à proteção de seus direitos, a Petrobras e a BR Distribuidora propuseram ações de cobrança perante o Poder Judiciário para receber a totalidade dos créditos inadimplidos pós CCDs do final de 2014. Desta forma, a BR suspendeu o fornecimento de óleo combustível e outros combustíveis líquidos a prazo e inscreveu as controladas da Eletrobras no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN). Em razão de previsão legal relativa à natureza dos créditos oriundos dos contratos de compra e venda de gás, a Petrobras não pôde inscrever a Amazonas Energia no CADIN. Contudo, a Petrobras inscreveu a Amazonas Energia no cadastro de inadimplentes da ANEEL, porém, em maio de 2017, a autarquia regulatória excluiu tal débito do cadastro sob o argumento de que a compra de combustível não configura dívida intrassetorial, o que foi questionado administrativamente pela Petrobras junto a ANEEL, que por seu turno negou provimento ao pedido.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

No que diz respeito ao fornecimento de gás natural para a Amazonas Distribuidora de Energia, por força de decisões judiciais proferidas em 30 de março de 2017, 19 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017, a Petrobras mantém o fornecimento de gás natural. O Poder Judiciário entendeu que a garantia do fornecimento de energia elétrica à população seria mais relevante do que o interesse econômico da companhia. Assim, no período findo em 31 de março de 2018, a companhia reconheceu PCE de R\$ 408, principalmente em função de inadimplências parciais relativas a esse fornecimento.

Considerando as mudanças oriundas da reestruturação do Setor nos últimos anos, esperava-se uma redução da inadimplência o que de fato não ocorreu. Em 8 de novembro de 2017, com o desdobramento da Resolução de nº 20, emitida pela Presidência da República, que ratificou a inclusão do serviço de distribuição de energia elétrica no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI e da Ata da 170ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras de 8 de fevereiro de 2018 (processo de privatização das concessionárias de distribuição do grupo Eletrobras), foram realizadas negociações entre o Sistema Petrobras e o Sistema Eletrobras para composição de um acordo que equacione as demandas judiciais propostas e crie mecanismos que mitiguem a geração de novas inadimplências no que se refere ao cumprimento dos contratos de compra e venda de gás natural.

Durante o mês de abril de 2018, tais negociações com grupo Eletrobras e distribuidoras de energia controladas foram intensificadas resultando na assinatura de instrumentos contratuais em 30 de abril de 2018, que possibilitou: (i) a recomposição das garantias nos CCDs celebrados em 31 de dezembro de 2014; (ii) a celebração de novos CCDs com garantia prestada pela Eletrobras; e (iii) a celebração de acordo relativo a dívidas decorrentes de fornecimento passado de derivados de petróleo.

A nota explicativa 32 apresenta maiores detalhes sobre a assinatura destes instrumentos contratuais.

8. Estoques

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Petróleo	13.228	12.065
Derivados de petróleo	8.947	9.309
Intermediários	2.048	2.027
Gás Natural e GNL ^(*)	315	222
Biocombustíveis	696	572
Fertilizantes	122	83
Total de produtos	25.356	24.278
Materiais, suprimentos e outros	4.005	3.803
Total	29.361	28.081

^(*) GNL - Gás Natural Liquefeito

Os estoques consolidados são apresentados deduzidos de provisão, para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e seus derivados e quando constituídos são reconhecidos no resultado do exercício como custos dos produtos e serviços vendidos. Em 31 de março de 2018, houve constituição de provisão de R\$ 60 (R\$ 71, no primeiro trimestre de 2017).

Em 31 de março de 2018, a companhia possuía um volume de estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro – TCF, assinados em 2008 com a Petros, no valor de R\$ 14.187 (R\$ 13.454, em 31 de dezembro de 2017), conforme nota explicativa 20.1.

9. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias

A companhia tem em vigor um programa de parcerias e desinvestimentos e avalia oportunidades de desinvestimentos em suas diversas áreas de atuação. A carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais, legais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos seus negócios e é composta por projetos que seguem os procedimentos de sistemática de desinvestimentos revisada e aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O programa de parcerias e desinvestimentos é uma iniciativa importante do Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 (PNG 2018-2022) e para o biênio 2017-2018 a meta é atingir o valor de US\$ 21 bilhões, a qual permitirá, em conjunto com as demais iniciativas listadas do Plano, ter um indicador financeiro (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) declinante e convergente para 2,5 em dezembro de 2018.

9.1. Vendas de ativos

Segunda parcela da venda de participação no Bloco Exploratório BM-S-8

Em 28 de julho de 2016, a Petrobras realizou a venda do total de sua participação (equivalente a 66%) no bloco exploratório BM-S-8 onde está localizada a área de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos, para a Statoil Brasil Óleo e Gás LTDA, pelo valor de US\$ 2,5 bilhões.

A primeira parcela de US\$ 1,25 bilhão, correspondente a 50% do valor da transação, foi recebida em 22 de novembro de 2016. O restante do valor refere-se a duas parcelas contingentes.

Em 2 de fevereiro de 2018, foi publicado no Diário Oficial da União o extrato do Contrato de Partilha de Produção de Norte de Carcará celebrado entre Statoil, Petrogal e Exxon com a União, sendo esta publicação uma das condições precedentes previstas contratualmente para o recebimento da segunda parcela, no valor de R\$ 987 (US\$ 300 milhões), depositada em 21 de março de 2018 e registrada em outras despesas líquidas.

A terceira parcela, no valor de US\$ 950 milhões, permanece contingente, na dependência da ocorrência de eventos futuros relativos à celebração do Acordo de Individualização da Produção.

Venda da Liquigás

Em 17 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda da Liquigás Distribuidora S.A., empresa do segmento de abastecimento, para a Companhia Ultragas S.A., subsidiária da Ultrapar Participações S.A. Em janeiro de 2017, a operação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Ultrapar e da Petrobras, pelo valor de R\$ 2.666.

Em 30 de junho de 2017, a Superintendência-Geral (SG) do CADE publicou despacho declarando complexo o Ato de Concentração e determinou diligências adicionais a serem executadas. Em 28 de agosto de 2017, encerrou-se a fase de análise da operação pela referida SG, onde foram apresentadas preocupações concorrenciais nessa operação, razão pela qual a SG submeteu sua recomendação de reprovação dessa operação ao Tribunal do CADE.

Neste sentido, levando-se em consideração a necessidade de cumprimento de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo CADE, os ativos e passivos correspondentes objetos da transação mantiveram-se classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017.

Em 28 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE decidiu, por maioria de seus membros, pela reprovação da alienação da Liquigás para a Ultragas S.A. A referida decisão constitui hipótese de rescisão do contrato de compra e venda da Liquigás, aplicando-se à Companhia Ultragas S.A. multa, em favor da Petrobras, no valor total de R\$ 286, devida a partir da data da publicação da decisão no Diário Oficial da União, cuja liquidação financeira ocorreu em 13 de março de 2018. Desta forma, em 31 de março de 2018 os ativos e passivos objetos da transação não estavam mais classificados como mantidos para venda.

Venda da PetroquímicaSuape e da Citepe

Em 28 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a assinatura do contrato de compra e venda das ações da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), empresa do segmento de abastecimento, para o Grupo Petrotex S.A. de C.V. e para a Dak Americas Exterior S.L, subsidiárias da Alpek, S.A.B. de C.V. (Alpek) pelo valor de US\$ 385 milhões, sujeito a ajustes de capital de giro, dívida líquida e impostos a recuperar, a serem pagos na data do fechamento da operação. A Alpek é uma empresa mexicana do Grupo Alfa, S.A.B. de C.V. (Alfa), de capital aberto.

A operação foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Petrobras em 27 de março de 2017.

Em 7 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE aprovou a operação de alienação da PetroquímicaSuape e da Citepe para as subsidiárias da empresa Alpek acima qualificadas, condicionada à celebração de um Acordo em Controle de Concentrações (ACC).

Em 31 de março de 2018, considerando a necessidade de cumprimento de outras condições precedentes usuais, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação continuam classificados como mantidos para venda.

Em 30 de abril de 2018 a Petrobras finalizou a operação de venda de 100% das ações detidas na PetroquímicaSuape e na Citepe para as subsidiárias da empresa da empresa Alpek. A operação foi concluída com o recebimento pela Petrobras de R\$ 1,523 bilhão (US\$ 435 milhões), após ajustes previstos no contrato de compra e venda e cumprimento de todas as condições precedentes.

Aliança Estratégica entre Petrobras e a Total

Em 21 de dezembro de 2016, a companhia e a empresa Total assinaram um Acordo Geral de Colaboração (*Master Agreement*), em conexão com a Aliança Estratégica estabelecida no Memorando de Entendimentos firmado em 24 de outubro de 2016. Desta forma, certos ativos do segmento de E&P foram classificados como mantidos para venda na data base de 31 de dezembro de 2016, em função do compartilhamento de gestão em participações, conforme apresentado a seguir:

- cessão de direitos de 22,5% da Petrobras para a Total, na área da concessão denominada Iara (campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, que estão sujeitos a acordos de unitização com a área denominada Entorno de Iara, sob regime de cessão onerosa, na qual a Petrobras detém 100% de participação), no Bloco BM-S-11. A companhia permanece como operadora do Bloco;
- cessão de direitos de 35% da Petrobras para a Total, assim como a operação, na área da concessão do campo de Lapa, no Bloco BM-S-9, ficando a Petrobras com 10%; e
- venda de 50% de participação detida pela Petrobras na Termobahia para a Total, incluindo as térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, localizadas na Bahia. Em 31 de dezembro de 2016, a companhia reconheceu uma perda por *impairment* de R\$ 156.

Em 28 de fevereiro de 2017, a Petrobras e a Total assinaram os contratos de compra e venda relacionados aos referidos ativos no valor de US\$ 1,675 bilhão pelos ativos e serviços, sujeito a ajuste de preço, além de pagamentos contingentes no valor de US\$ 150 milhões, associado ao volume produzido no campo de Lapa. Adicionalmente, será disponibilizado pela Total, uma linha de crédito de longo prazo no valor de US\$ 400 milhões que poderá ser acionada para financiar os investimentos da Petrobras nos campos da área de Iara.

Os contratos acima se somam a outros acordos já firmados em 21 de dezembro de 2016, que são: (i) carta que concede à Petrobras a opção de aquisição de 20% de participação no bloco 2 da área de Perdido Foldbelt, no setor mexicano do Golfo do México, assumindo apenas as obrigações futuras proporcionais à sua participação; (ii) carta de intenção para estudos exploratórios conjuntos nas áreas exploratórias da Margem Equatorial, e na Bacia de Santos; e (iii) acordo de parceria tecnológica nas áreas de petrofísica digital, processamento geológico e sistemas de produção submarinos.

Em 15 de janeiro de 2018, diante do cumprimento das condições precedentes relativas às cessões de direitos, a Petrobras e a Total concluíram as transações referentes à cessão de direitos de 35% da Petrobras para a Total, assim como a operação, do campo de Lapa no bloco BM-S-9A, no pré-sal da Bacia de Santos, além da Cessão de direitos de 22,5% da Petrobras para a Total da área de lara, que contém os campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, no bloco BM-S-11A, no pré-sal da Bacia de Santos.

O valor pago nessas transações totalizou US\$ 1,95 bilhão, incluindo ajustes de preço no fechamento da operação, tendo sido apurado um ganho de R\$ 2.236, reconhecido em outras despesas líquidas. O valor pago não contempla a linha de crédito e os pagamentos contingentes.

Em 31 de março de 2018, a conclusão da parceria na Termobahia continua sujeita às aprovações dos órgãos reguladores competentes e ao cumprimento de condições precedentes usuais. Desta forma, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação permanecem classificados como mantidos para venda.

Cessão de Direitos do Campo de Azulão

Em 22 de novembro de 2017, a companhia assinou, com a Parnaíba Gás Natural S.A., subsidiária da empresa Eneva S.A., o contrato de cessão da totalidade de sua participação no Campo de Azulão (Concessão BA-3), localizado no estado do Amazonas. O valor total da transação é de US\$ 54,5 milhões a serem pagos na data do fechamento da operação.

Em 31 de março de 2018, a conclusão dessa operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pela ANP. Desta forma, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação continuam classificados como mantidos para venda.

Em 30 de abril de 2018, a operação de venda foi concluída com o pagamento de US\$ 56,5 milhões pela Parnaíba Gás Natural S.A, após o cumprimento de todas as condições precedentes e ajustes previstos no contrato.

Parceria Estratégica entre Petrobras e Statoil

Em 18 de dezembro de 2017, a companhia e a empresa norueguesa Statoil assinaram contratos relacionados aos ativos da parceria estratégica, em continuidade ao Acordo Preliminar ("*Heads of Agreement*" ou "HoA"), firmado e divulgado em 29 de setembro de 2017. Os principais contratos assinados são:

- Strategic Alliance Agreement ("SAA") - acordo que descreve todos os documentos e iniciativas relacionadas à Parceria Estratégica abrangendo todas as iniciativas negociadas;
- Sale and Purchase Agreement ("SPA") - cessão de 25% da participação da Petrobras no campo de Roncador para a Statoil;
- Strategic Technical Alliance Agreement ("STAA") - acordo estratégico de cooperação técnica visando a maximização do valor do ativo e com foco em aumentar o volume recuperável de petróleo (fator de recuperação), incluindo a extensão da vida útil do campo;
- Gas Term Sheet - Statoil poderá contratar uma determinada capacidade de processamento de gás natural no terminal de Cabiúnas (TECAB) para o desenvolvimento da área do BM-C-33, onde as companhias já são parceiras, sendo a Statoil a operadora da área.

A Parceria Estratégica tem entre seus objetivos aproveitar a experiência da Statoil no gerenciamento de campos maduros no Mar do Norte, aplicando esse conhecimento para o aumento do fator de recuperação do Campo de Roncador. Com esse objetivo, as empresas assinaram o STAA para cooperação técnica e o desenvolvimento em conjunto de projetos para o aumento do fator de recuperação, controle de custos, e aplicação de novas tecnologias.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O contrato SPA prevê a cessão de 25% de participação no campo de Roncador pelo valor total de US\$ 2,9 bilhões, sendo US\$ 2,35 bilhões no fechamento da operação e o restante em pagamentos contingentes relacionados aos investimentos dos projetos que visam o aumento do fator de recuperação do campo, limitados a US\$ 550 milhões. Na data da assinatura dos contratos, a Statoil realizou um adiantamento no valor de US\$ 117,50 milhões referente a esta aquisição. Os ativos e passivos referentes a essa transação foram classificados como mantidos para venda, resultando no reconhecimento de perdas por *impairment*, em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 1.314.

Em 13 de março de 2018, o CADE aprovou sem restrições o processo de venda permanecendo ainda a necessidade de cumprimento das demais condições precedentes, incluindo a aprovação da ANP. Desta forma, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação continuam classificados como mantidos para venda, em 31 de março de 2018.

9.2. Ativos classificados como mantidos para venda

As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

					31.03.2018	Consolidado 31.12.2017
	E&P	Distribuição	Abastecimen- to	Gás & Energia	Total	Total
Ativos classificados como mantidos para venda						
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	29	-	29	26
Contas a receber	4	-	281	-	285	540
Estoques	-	-	306	-	306	423
Investimentos	-	-	-	-	-	17
Imobilizado	9.954	12	55	315	10.336	15.562
Outros	-	-	690	-	690	1.024
Total	9.958	12	1.361	315	11.646	17.592
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda						
Fornecedores	46	-	107	-	153	334
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Provisão para desmantelamento de área	286	-	-	-	286	563
Outros	-	-	54	-	54	398
Total	332	-	161	-	493	1.295

Em 31 de março de 2018, os ativos e passivos transferidos após aprovação de venda contemplam: PetroquímicaSuape e Citepe, Térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, 25% no campo de Roncador e a totalidade na participação no campo de Azulão. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos transferidos após aprovação de venda também contemplavam: os ativos e passivos da Liquigás e a cessão de direitos das áreas de concessão denominadas lara e Lapa.

9.3. Outras reestruturações societárias

Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia

Em 15 de dezembro de 2016, a Petrobras celebrou um acordo de incorporação e outras avenças com o grupo São Martinho S.A. (São Martinho), por meio de sua subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. (P BIO), empresa do segmento de biocombustíveis. O acordo previa que a participação de 49% detida pela P BIO na Nova Fronteira Bioenergia S.A. fosse incorporada pela São Martinho.

Em 23 de fevereiro de 2017, a operação foi concluída com o recebimento pela P BIO de 24.000.000 de novas ações ordinárias emitidas pela São Martinho, representando 6,593% das ações totais desta companhia. Estas ações foram classificadas como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

Em 27 de dezembro de 2017, foi deliberado em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) da P BIO, a autorização da venda das ações da São Martinho em bloco de ações (modalidade *block trade*).

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 16 de fevereiro de 2018, a PBIO alienou, por meio de leilão na B3, os 24.000.000 de ações da São Martinho S.A., ao preço de R\$ 18,51 (dezoito reais e cinquenta e um centavos) por ação, encerrando com essa venda sua participação no capital social total da São Martinho S.A. A liquidação da operação ocorreu em 21 de fevereiro de 2018.

10. Investimentos

10.1. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2017	Aportes de capital	Reorganiza- ções, redução de capital e outros	Resultado de participação em investi- mentos (*)	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31.03.2018
Controladas								
PNBV	87.093	-	(146)	2.145	461	-	-	89.553
PIB BV (**)	25.290	3.107	(580)	(1.159)	429	-	-	27.087
TAG	12.347	-	-	453	-	181	-	12.981
BR Distribuidora	5.986	-	(126)	174	-	-	(275)	5.759
Transpetro	4.102	-	-	52	5	-	-	4.159
PB-LOG	2.937	-	-	181	-	-	(352)	2.766
PBIO	1.490	-	-	25	-	-	-	1.515
Gaspetro	994	-	-	45	-	-	-	1.039
Breitener	678	-	-	15	-	-	(6)	687
Logigás	621	-	-	76	-	-	-	697
Araucária Nitrogenados	175	-	-	(63)	-	-	-	112
Termomacacê Ltda	86	-	-	(73)	-	-	-	13
Liquigás	-	-	1.070	(34)	-	-	-	1.036
Outras Controladas	1.041	-	18	22	(3)	2	(135)	945
Operações em conjunto	223	-	-	12	-	-	-	235
Empreendimentos controlados em conjunto	264	2	8	18	-	-	(6)	286
Coligadas								
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	1.094	-	-	46	-	-	(52)	1.088
Demais coligadas	4.916	-	-	387	(40)	191	-	5.454
Subsidiárias, controladas, operações/empreendimentos em conjunto e coligadas	149.337	3.109	244	2.322	852	374	(826)	155.412
Outros investimentos	19	-	-	-	-	-	-	19
	149.356	3.109	244	2.322	852	374	(826)	155.431
Provisão para perda em controladas				(22)				
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda				(15)				
				2.284				

(*) Inclui lucros não realizados de transações entre empresas

(**) Os aportes de capital foram realizados, principalmente, para pagamento de dívida.

A adoção inicial do IFRS 9 alterou o investimento nas controladas PNBV (R\$ 146), PIB BV (R\$ 580) e BR Distribuidora (R\$ 126).

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.2. Mutação dos investimentos (Consolidado)

	Saldo em 31.12.2017	Aportes de capital	Reorganiza- ções, redução de capital e outros	Resultado de participação em investi- mentos	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31.03.2018
Empreendimentos controlados em Conjunto								
Petrobras Oil & Gas B.V. - PO&G	4.664	-	-	(1)	10	-	(652)	4.021
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	1.140	-	-	74	-	-	(5)	1.209
Compañia Mega S.A. - MEGA	163	-	-	(14)	122	-	-	271
Setor Petroquímico	95	-	19	-	-	-	1	115
Demais empresas	346	21	(12)	11	-	-	(1)	365
Coligadas								
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	1.094	-	-	46	-	-	(52)	1.088
Setor Petroquímico	4.833	-	(2)	384	(40)	191	(5)	5.361
Demais empresas	158	-	16	11	-	-	(3)	182
Outros Investimentos	61	-	1	-	-	-	-	62
Total dos Investimentos	12.554	21	22	511	92	191	(717)	12.674

10.3. Investimentos em coligada com ações negociadas em bolsas

Empresa	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)		Valor de mercado	
	31.03.2018	31.12.2017		31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Coligada							
Braskem S.A.	212.427	212.427	ON	48,85	43,50	10.377	9.241
Braskem S.A.	75.793	75.793	PNA	48,00	42,87	3.638	3.248
						14.015	12.489

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização na venda de um lote representativo de ações.

Braskem S.A. - Investimento em coligada com ações negociadas em bolsas de valores

A Braskem é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior. Com base nas cotações de mercado no Brasil, em 31 de março de 2018, a participação da Petrobras nas ações ordinárias (47% do total) e nas ações preferenciais (22% do total) da Braskem, foi avaliada em R\$ 14.015. Entretanto, apenas aproximadamente 3% das ações ordinárias dessa investida são de titularidade de não signatários do Acordo de Acionistas e sua negociação é extremamente limitada.

Em 18 julho de 2017, a Petrobras iniciou tratativas com a Odebrecht S.A. para promover a revisão dos termos e condições do Acordo de Acionistas da Braskem S.A., celebrado em 08 de fevereiro de 2010, com o objetivo de aprimorar a governança corporativa da Braskem e o relacionamento societário entre as partes, visando à criação de valor para todos os acionistas. As tratativas evoluíram para estudos, que ainda se encontram em fase preliminar, com objetivo de realizar uma reorganização societária com a unificação das espécies de ações da Braskem.

Considerando a relação operacional entre a Petrobras e a Braskem, em 31 de dezembro de 2017, foi realizado teste de recuperabilidade do investimento nessa coligada com base em seu valor em uso, proporcional à participação da companhia no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da Braskem, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições da investida. As avaliações de recuperabilidade não indicaram a existência de perdas por *impairment*.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da Braskem, estão sendo apresentadas na nota explicativa 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

11. Imobilizado

11.1. Por tipo de ativos

					Consolidado	Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens ^(*)	Ativos em construção ^(**)	Gastos c/exploração e desenvolvimento (campos produtores de petróleo e gás) ^(***)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	22.756	256.571	125.702	166.847	571.876	424.771
Adições	6	3.720	35.232	98	39.056	26.930
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	14.617	14.617	14.366
Juros capitalizados	-	-	6.299	-	6.299	4.593
Baixas	(47)	(19)	(1.745)	(113)	(1.924)	(1.708)
Transferências (****)	1.007	10.406	(24.259)	9.766	(3.080)	546
Depreciação, amortização e depleção	(1.393)	(23.383)	-	(17.115)	(41.891)	(31.793)
Impairment - constituição	(470)	(3.041)	(1.842)	(2.895)	(8.248)	(6.516)
Impairment - reversão	169	2.698	536	2.247	5.650	4.347
Ajuste acumulado de conversão	20	1.156	733	93	2.002	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.048	248.108	140.656	173.545	584.357	435.536
Custo	32.795	425.419	140.656	286.112	884.982	664.479
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(10.747)	(177.311)	-	(112.567)	(300.625)	(228.943)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.048	248.108	140.656	173.545	584.357	435.536
Adições	-	662	8.613	3	9.278	7.200
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	4	4	-
Juros capitalizados	-	-	1.610	-	1.610	1.260
Baixas	-	(29)	(92)	(18)	(139)	(134)
Transferências (****)	790	3.039	(10.565)	8.079	1.343	6.164
Depreciação, amortização e depleção	(368)	(5.528)	-	(5.057)	(10.953)	(8.546)
Impairment - constituição	-	(34)	(1)	-	(35)	(34)
Ajuste acumulado de conversão	8	383	55	36	482	-
Saldo em 31 de março de 2018	22.478	246.601	140.276	176.592	585.947	441.446
Custo	33.633	429.566	140.276	289.895	893.370	674.543
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(11.155)	(182.965)	-	(113.303)	(307.423)	(233.097)
Saldo em 31 de março de 2018	22.478	246.601	140.276	176.592	585.947	441.446
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	40 (25 a 50) (exceto terrenos)	20 (3 a 31)		Método da unidade produzida		

(*) Composto por plataformas, refinarias, termelétricas, unidades de tratamento de gás, dutos, direito de uso e outras instalações de operação, armazenagem e produção, contemplando ativos de exploração e produção depreciados pelo método das unidades produzidas.

(**) Os saldos por segmento de negócio são apresentados na nota explicativa 27.

(***) Composto por ativos de exploração e produção relacionados a poços, abandono de áreas, bônus de assinatura associados a reservas provadas e outros gastos diretamente vinculados a exploração e produção.

(****) Inclui transferências de/para ativos classificados como mantidos para venda.

Os investimentos realizados pela companhia no primeiro trimestre de 2018 foram destinados, principalmente, para o desenvolvimento da produção de campos de petróleo e gás natural, prioritariamente no polo pré-sal da Bacia de Santos, com destaque para os campos de Lula, Búzios, Atapu e área de Libra.

O imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 386 e de R\$ 5.891, respectivamente (R\$ 390 e R\$ 5.969 em 31 de dezembro de 2017).

11.2. Direito de exploração de petróleo - Cessão Onerosa

A Petrobras e a União assinaram, em 2010, o Contrato de Cessão Onerosa, pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados na área do pré-sal, com produção limitada ao volume máximo de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo, em até 40 anos, renováveis por mais cinco anos sob determinadas condições. Em contrapartida, a Petrobras pagou à União o montante de R\$ 74.808 que em 31 de março de 2018, encontra-se registrado no Ativo Imobilizado da companhia.

A Petrobras já declarou comercialidade em campos de todos os seis blocos previstos no Contrato: Franco (Búzios), Florim (Itapu), Nordeste de Tupi (Sépia), Entorno de Iara (Norte de Berbigão, Sul de Berbigão, Norte de Sururu, Sul de Sururu, Atapu), Sul de Guará (Sul de Sapinhoá) e Sul de Tupi (Sul de Lula).

O Contrato estabelece que, imediatamente após a declaração de comercialidade de cada área são iniciados os procedimentos de revisão, os quais devem estar baseados em laudos técnicos de certificadores independentes, contratados pela Petrobras e pela ANP.

Caso a revisão conclua que os direitos adquiridos alcancem um valor maior do que o inicialmente pago, a companhia poderá pagar a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos. Se a revisão concluir que os direitos adquiridos resultam em um valor menor do que o inicialmente pago pela companhia, a União reembolsará a diferença em moeda corrente, títulos ou outro meio de pagamento, sujeito às leis orçamentárias.

Para a referida revisão, estão sendo considerados os custos realizados na fase de exploração e as previsões de custo e de produção estimadas para o desenvolvimento. Como previsto no Contrato, para a conclusão do processo de revisão, poderão ser renegociados: (i) Valor do Contrato; (ii) Volume Máximo de barris a serem produzidos; (iii) Prazo de Vigência; e (iv) Percentuais mínimos de Conteúdo Local.

Com o volume de informações adquiridas através da perfuração de mais de 50 poços e de testes de produção de longa duração, e com o amplo conhecimento da camada pré-sal da Bacia de Santos, foi possível caracterizar a existência de volumes excedentes aos 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo contratados originalmente.

Em novembro de 2017, a companhia constituiu uma comissão interna responsável pela negociação da revisão do Contrato com representantes da União Federal, com representantes das diretorias de Exploração e Produção e Financeira e de Relacionamento com Investidores.

Em 15 de janeiro de 2018, a União Federal instituiu, via Portaria Interministerial 15/2018, a Comissão Interministerial com a finalidade de negociar e concluir os termos da revisão do Contrato, no prazo de até 60 dias, prorrogáveis por igual período.

Com a instituição das comissões e a disponibilização dos laudos contratados pela Petrobras e pela ANP, encontram-se em andamento as negociações relativas à revisão do contrato. Até o momento, não há definições sobre o resultado da revisão.

A Petrobras considera que a existência de volumes excedentes nas áreas sob Cessão Onerosa constitui oportunidade para ambas as partes, Governo e a companhia, construírem um acordo relacionado ao ressarcimento à Petrobras no processo de revisão do Contrato. Visando embasar uma eventual negociação relacionada ao pagamento na forma de direitos sobre os volumes excedentes, a Petrobras está complementando sua avaliação acerca desses volumes através de opinião de certificadora independente.

O processo de revisão do Contrato está sendo acompanhado pelo Comitê de Acionistas Minoritários, composto por dois conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários e por um membro externo independente com notório saber na área de análise técnico financeira de projetos de investimento, emitindo opinião que respalde decisões do Conselho de Administração a respeito desse tema.

12. Intangível

12.1. Por tipo de ativos

					Consolidado	Controladora
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Softwares Desenvolvidos internamente	Ágio (goodwill)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	8.725	222	998	718	10.663	8.764
Adições	3.035	51	194	-	3.280	3.145
Juros capitalizados	-	-	14	-	14	14
Baixas	(256)	-	(8)	-	(264)	(34)
Transferências	(5.376)	5	-	-	(5.371)	(5.257)
Amortização	(64)	(91)	(323)	-	(478)	(366)
Impairment - constituição	(108)	(1)	-	-	(109)	(2)
Ajuste acumulado de conversão	3	-	-	2	5	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.959	186	875	720	7.740	6.264
Custo	6.637	1.638	4.055	720	13.050	10.266
Amortização acumulada	(678)	(1.452)	(3.180)	-	(5.310)	(4.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.959	186	875	720	7.740	6.264
Adições	4	26	38	-	68	52
Juros capitalizados	-	-	3	-	3	3
Baixas	(5)	-	-	-	(5)	(4)
Transferências	1	14	2	85	102	2
Amortização	(13)	(23)	(68)	-	(104)	(77)
Impairment - constituição	-	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	1	-	-	1	2	-
Saldo em 31 de março de 2018	5.947	203	850	806	7.806	6.240
Custo	6.753	1.774	4.098	806	13.431	10.319
Amortização acumulada	(806)	(1.571)	(3.248)	-	(5.625)	(4.079)
Saldo em 31 de março de 2018	5.947	203	850	806	7.806	6.240
Tempo de vida útil estimado em anos	(*)	5	5	Indefinida		

(*) O saldo é composto, preponderantemente, por ativos com vida útil indefinida. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

Em 29 de março de 2018, a Petrobras adquiriu sete blocos na 15ª Rodada de Licitações no Regime de Concessão, realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Na Bacia de Campos foram adquiridos dois blocos em parceria com a Exxon e a Statoil, os quais serão operados pela Petrobras, e dois blocos em parceria com a Exxon e a Qatar Petroleum, os quais serão operados pela Exxon. Na Bacia Potiguar, foram adquiridos dois blocos em parceria com a Shell, os quais serão operados pela Petrobras, e um com 100% de participação da Petrobras.

O valor total do bônus de assinatura a ser pago, até setembro de 2018, é de R\$ 2,2 bilhões.

13. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados a atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Custos exploratórios reconhecidos no Ativo ^(*)		
Imobilizado		
Saldo inicial	14.957	16.728
Adições	719	2.543
Baixas	(12)	(345)
Transferências	(438)	(3.974)
Ajustes acumulados de conversão	2	5
Saldo final	15.228	14.957
Intangível	4.595	4.599
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	19.823	19.556

(*) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017
Custos exploratórios reconhecidos no resultado		
Despesas com geologia e geofísica	295	266
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	26	24
Penalidades contratuais de conteúdo local	116	-
Outras despesas exploratórias	5	6
Total das despesas	442	296

Caixa utilizado nas atividades		
Operacionais	300	272
Investimentos	728	650
Total	1.028	922

No primeiro trimestre de 2018, a Petrobras reconheceu provisão de R\$ 116 decorrente de potenciais penalidades contratuais pelo não atendimento aos percentuais mínimos exigidos de conteúdo local para 125 blocos com fase exploratória encerrada.

14. Fornecedores

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Terceiros no país	11.900	12.144
Terceiros no exterior	3.474	4.564
Partes relacionadas	2.653	2.369
Saldo total no Passivo Circulante	18.027	19.077

15. Financiamentos

Em linha com o Plano de Negócios e Gestão da companhia, os empréstimos e financiamentos vêm se destinando, principalmente, à liquidação de dívidas antigas e ao gerenciamento de passivos, visando melhoria no perfil da dívida e maior adequação aos prazos de maturação de investimentos de longo prazo, viabilizando assim o uso do caixa gerado pelas atividades operacionais e pelas parcerias e desinvestimentos como principais fontes de recursos da carteira de investimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2018, a companhia possui obrigações atendidas relacionadas aos contratos de dívida (*covenants*), com destaque para: (i) apresentação das demonstrações financeiras no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esse períodos em 30 e 60 dias, dependendo do contrato; (ii) cláusula de Negative Pledge/Permitted Liens, onde a Petrobras e suas subsidiárias materiais se comprometem a não criar gravames sobre seus ativos para garantia de dívidas além dos permitidos; (iii) cláusulas de cumprimento às leis, regras e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios incluindo (mas não limitado) as leis ambientais; (iv) cláusulas em contratos de financiamento que exigem que tanto o tomador quanto o garantidor conduzam seus negócios em cumprimento às leis anticorrupção e às leis antilavagem de dinheiro e que instituem e mantenham políticas necessárias a tal cumprimento; (v) cláusulas em contratos de financiamento que restringem relações com entidades ou mesmo países sancionados principalmente pelos Estados Unidos (incluindo, mas não limitado ao Office of Foreign Assets Control -OFAC) Departamento de Estado e Departamento de Comércio, pela União Europeia e pelas Nações Unidas; e (vi) cláusulas relacionadas ao nível de endividamento em determinados contratos de dívidas com o BNDES.

15.1. Pré-pagamento de dívida bancária e novos financiamentos

No primeiro trimestre de 2018, a companhia captou R\$ 19.258, destacando-se: (i) oferta de títulos no mercado de capitais internacional (*Global Notes*) com vencimentos em 2029, no valor de R\$ 6.359 (US\$ 1.962 milhões); e (ii) captações no mercado bancário nacional e internacional, com vencimentos de aproximadamente 6,5 anos em média, no valor total de R\$ 12.726.

Adicionalmente, a companhia liquidou diversos empréstimos e financiamentos no valor total de R\$ 49.865, destacando-se: (i) a recompra e/ou resgate de R\$ 19.047 (US\$ 5.833 milhões) de títulos no mercado de capitais internacional, com vencimentos entre 2019 e 2021 com o pagamento de prêmio aos detentores dos títulos que entregaram seus papéis na operação no valor de R\$ 1.361; (ii) o pré-pagamento de R\$ 20.407 de empréstimos no mercado bancário nacional e internacional; e (iii) pré-pagamento de R\$ 793 de financiamentos junto ao BNDES.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.2. Movimentação dos saldos dos financiamentos

	Agência de Crédito à Exportação	Mercado Bancário	Mercado de Capitais	Outros	Consolidado Total
Circulante e Não Circulante					
No País					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	-	76.969	7.387	121	84.477
Ajuste acumulado de conversão	-	50	-	-	50
Adições de Financiamentos	-	16.658	4.989	-	21.647
Amortizações de Principal	-	(6.704)	(535)	(8)	(7.247)
Amortizações de Juros	-	(6.677)	(642)	(5)	(7.324)
Encargos incorridos no período (*)	-	6.715	593	18	7.326
Variações monetárias e cambiais	-	80	278	(2)	356
Pré-pagamentos	-	(26.739)	-	-	(26.739)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	-	60.352	12.070	124	72.546
No Exterior					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	17.446	121.056	160.243	1.767	300.512
Ajuste acumulado de conversão	129	545	2.861	14	3.549
Adições de Financiamentos	727	26.341	32.574	391	60.033
Amortizações de Principal	(2.914)	(10.365)	(3.048)	(151)	(16.478)
Amortizações de Juros	(399)	(4.110)	(9.022)	(46)	(13.577)
Encargos incorridos no período (*)	523	4.661	10.249	65	15.498
Variações monetárias e cambiais	33	429	2.975	2	3.439
Pré-pagamentos	(3.403)	(35.137)	(25.111)	(1.147)	(64.798)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	12.142	103.420	171.721	895	288.178
Saldo total em 31 de dezembro de 2017	12.142	163.772	183.791	1.019	360.724
Circulante					23.160
Não Circulante					337.564
Circulante e Não Circulante					
No País					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	60.352	12.070	124	72.546
Perdas por modificação - IFRS 9 - Adoção inicial	-	215	-	-	215
Ajuste acumulado de conversão	-	16	-	-	16
Adições de Financiamentos	-	6.517	-	-	6.517
Amortizações de Principal	-	(1.218)	(110)	(2)	(1.330)
Amortizações de Juros	-	(614)	(175)	(4)	(793)
Encargos incorridos no período (*)	-	1.116	158	5	1.279
Variações monetárias e cambiais	-	5	92	2	99
Pré-pagamentos	-	(8.424)	-	-	(8.424)
Saldo final em 31 de março de 2018	-	57.965	12.035	125	70.125
No Exterior					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.142	103.420	171.721	895	288.178
Perdas por modificação - IFRS 9 - Adoção inicial	-	686	277	-	963
Ajuste acumulado de conversão	12	226	660	4	902
Adições de Financiamentos	-	6.382	6.359	-	12.741
Amortizações de Principal	(796)	(729)	-	-	(1.525)
Amortizações de Juros	(126)	(625)	(3.302)	-	(4.053)
Encargos incorridos no período (*)	109	1.085	2.665	13	3.872
Variações monetárias e cambiais	31	95	718	-	844
Pré-pagamentos	-	(12.776)	(19.047)	-	(31.823)
Saldo final em 31 de março de 2018	11.372	97.764	160.051	912	270.099
Saldo total em 31 de março de 2018	11.372	155.729	172.086	1.037	340.224
Circulante					15.389
Não Circulante					324.835

(*) Incluem apropriações de âgios, desâgios e custos de transações associados.

Os contratos de financiamentos vigentes em 1º de janeiro de 2018, cujos termos contratuais foram objetos de trocas de dívidas que não envolveram liquidações financeiras e resultaram em modificações, em função dos seus respectivos termos não terem sido alterados substancialmente, tiveram seus valores remensurados para refletir a mudança de prática contábil descrita na nota explicativa 4.1, cujo efeito é um aumento de R\$ 1.178 no saldo de financiamentos em contrapartida de lucros acumulados. No primeiro trimestre de 2018, não ocorreram trocas de dívidas de financiamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.3. Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa das atividades de financiamento

	Consolidado						
	Saldo em 01.01.2018 (*)	Captações	Amortizações (**)	Encargos incorridos	Variações Monetárias e Cambiais	Ajuste Acumulado de Conversão	Saldo em 31.03.2018
Movimentação dos financiamentos							
Financiamentos	361.902	19.258	(47.948)	5.151	943	918	340.224
Conciliação com a Demonstração do Fluxo de Caixa							
Mantidos para venda		-	-				
Aquisição de imobilizado a prazo		-	-				
Despesas com reestruturação de dívida		-	(1.361)				
Depósitos vinculados a financiamentos		-	(573)				
Movimentação de arrendamento financeiro		-	17				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		19.258	(49.865)				

(*) Inclui ajuste da adoção inicial IFRS 9

(**) Inclui amortização de principal, juros e pré-pagamento.

15.4. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

	Consolidado							
Vencimento em	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total (*)	Valor justo
Financiamentos em Reais (R\$):	5.170	4.817	10.829	8.474	15.029	24.685	69.004	64.673
Indexados a taxas flutuantes	2.249	3.490	9.815	7.475	13.747	19.436	56.212	
Indexados a taxas fixas	2.921	1.327	1.014	999	1.282	5.249	12.792	
Taxa média dos Financiamentos	6,3%	6,3%	6,4%	7,0%	6,8%	6,0%	6,4%	
Financiamentos em Dólares (US\$):	6.222	4.304	15.378	18.509	42.016	161.533	247.962	266.603
Indexados a taxas flutuantes	3.256	4.295	11.015	10.334	31.943	49.339	110.182	
Indexados a taxas fixas	2.966	9	4.363	8.175	10.073	112.194	137.780	
Taxa média dos Financiamentos	5,6%	6,0%	5,9%	6,0%	5,7%	6,5%	6,2%	
Financiamentos em R\$ indexados ao US\$:	223	208	208	208	208	-	1.055	1.125
Indexados a taxas flutuantes	6	-	-	-	-	-	6	
Indexados a taxas fixas	217	208	208	208	208	-	1.049	
Taxa média dos Financiamentos	3,1%	3,0%	3,0%	2,8%	2,4%	0,0%	3,0%	
Financiamentos em Libras (£):	154	-	-	-	-	8.011	8.165	8.683
Indexados a taxas fixas	154	-	-	-	-	8.011	8.165	
Taxa média dos Financiamentos	6,1%	-	-	-	-	6,3%	6,2%	
Financiamentos em Ienes (¥):	325	-	-	-	-	-	325	336
Indexados a taxas flutuantes	325	-	-	-	-	-	325	
Taxa média dos Financiamentos	0,4%	-	-	-	-	-	0,4%	
Financiamentos em Euro (€):	191	1	781	1.565	2.441	8.711	13.690	17.068
Indexados a taxas flutuantes	-	-	620	-	-	-	620	
Indexados a taxas fixas	191	1	161	1.565	2.441	8.711	13.070	
Taxa média dos Financiamentos	4,9%	4,5%	4,6%	4,7%	4,8%	4,6%	4,7%	
Financiamentos Outras Moedas:	23	-	-	-	-	-	23	23
Indexados a taxas fixas	23	-	-	-	-	-	23	
Taxa média dos Financiamentos	14,0%	-	-	-	-	-	14,0%	
Total em 31 de março de 2018	12.308	9.330	27.196	28.756	59.694	202.940	340.224	358.511
Taxa média dos financiamentos	5,7%	6,0%	6,0%	6,1%	5,9%	6,4%	6,2%	
Total em 31 de dezembro de 2017	23.160	21.423	31.896	42.168	59.594	182.483	360.724	385.780
Taxa média dos financiamentos	5,6%	5,9%	5,9%	5,9%	5,7%	6,4%	6,1%	

(*) Em 31 de março de 2018, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 9,26 anos (8,62 anos em 31 de dezembro de 2017).

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2018, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

- Nível 1 - preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de R\$ 163.884 (R\$ 179.451, em 31 de dezembro de 2017); e
- Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spot* interpoladas dos indexadores (ou *proxies*) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de R\$ 194.627 (R\$ 206.329, em 31 de dezembro de 2017).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 30.2.

15.5. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção foi de 6,26 % a.a. no período de janeiro a março 2018 (6,21 % a.a. no período de janeiro a março 2017).

15.6. Linhas de Crédito

Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo	Contratado	Utilizado	Valor Saldo
No exterior (Valores em US\$ milhões)						
PGT BV	CHINA EXIM	24/10/2016	Indefinido	1.000	-	1.000
PGT BV	Sindicato	07/03/2018	07/02/2023	4.350	-	4.350
Total				5.350	-	5.350
No país						
PNBV	BNDES	03/09/2013	31/01/2019	9.878	2.753	7.125
Petrobras	Banco do Brasil	23/03/2018	26/01/2023	2.000	-	2.000
Transpetro	BNDES	07/11/2008	12/08/2041	1.763	688	1.075
Transpetro	Banco do Brasil	09/07/2010	10/04/2038	78	36	42
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	329	-	329
Total				14.048	3.477	10.571

Em 07 de março de 2018, a Petrobras assinou com um sindicato de 17 bancos, uma linha de crédito compromissada (*revolving credit facility*- RCF) no valor de US\$ 4,35 bilhões. O produto terá um custo de 0,51% a.a. pela manutenção do limite junto aos bancos. Em caso de saque, o custo da linha está fixado em Libor 6M + 1,7% a.a., caso o *rating* da companhia no momento do saque seja inferior ao grau de investimento e Libor 6M + 1,3% a.a., caso a companhia tenha classificação de grau de investimento na data do saque.

15.7. Garantias

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, existem financiamentos concedidos por instrumentos específicos, que contam com garantias reais. Adicionalmente, os contratos de financiamento obtidos junto ao China Development Bank (CDB) também possuem garantias reais, conforme nota explicativa 17.5.

Os empréstimos obtidos por entidades estruturadas estão garantidas pelos próprios projetos, bem como por penhor de direitos creditórios.

Os financiamentos junto ao mercado de capitais, que correspondem a títulos emitidos pela companhia, não possuem garantias reais.

16. Arrendamentos mercantis

16.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

	Recebimentos				Consolidado	
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
Compromissos estimados						
2018	309	(174)	135	98	(53)	45
2019 - 2022	2.009	(883)	1.126	636	(328)	308
2023 em diante	1.603	(297)	1.306	1.216	(814)	402
Em 31 de março de 2018	3.921	(1.354)	2.567	1.950	(1.195)	755
Circulante			180			85
Não circulante			2.387			670
Em 31 de março de 2018			2.567			755
Circulante			180			84
Não circulante			2.433			675
Em 31 de dezembro de 2017^(*)			2.613			759

16.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações.

	Consolidado
2018	23.281
2019	21.781
2020	20.710
2021	21.331
2022	19.181
2023 em diante	212.007
Em 31 de março de 2018	318.291
Em 31 de dezembro de 2017	304.398

Em 31 de março de 2018, os saldos de contratos de arrendamento mercantil operacional que ainda não tinham sido iniciados em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R\$ 173.440 no Consolidado (R\$ 174.336 em 31 de dezembro de 2017).

No primeiro trimestre de 2018, a companhia reconheceu gastos com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 7.286 (R\$ 8.436 no primeiro trimestre de 2017).

17. Partes relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, que também se aplica às demais Sociedades do Sistema Petrobras, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

Esta política orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes regras e princípios:

- Priorização dos interesses da companhia independente da contraparte no negócio;

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da companhia;
- Condução de transações sem conflito de interesses e em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e
- Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente

As transações que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na política e celebradas com coligadas, União, incluindo suas autarquias, fundações e empresas controladas, e com a Fundação Petros, são previamente aprovadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), com reporte mensal destas análises ao Conselho de Administração.

Transações com sociedades controladas por pessoal chave da administração, ou membro próximo de sua família, também são previamente aprovadas pelo CAE e reportadas mensalmente para ao Conselho de Administração, independente do valor da transação.

No caso específico das transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias, fundações e empresas estatais federais, estas últimas quando classificadas como fora do curso normal dos negócios da companhia pelo CAE, que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, deverão ser precedidas de avaliação pelo CAE e pelo Comitê de Minoritários e deverá ser aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros presentes do Conselho de Administração.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema (controladora)

	31.03.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber, principalmente por vendas	10.391	-	10.391	11.776	-	11.776
Dividendos a receber	1.234	-	1.234	1.161	-	1.161
Operações de mútuo	-	31	31	-	34	34
Adiantamento para aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Valores vinculados à construção de gasoduto	-	826	826	-	845	845
Arrendamentos mercantis financeiros	97	-	97	103	-	103
Outras operações	827	475	1.302	491	466	957
Ativos mantidos para venda	964	-	964	820	-	820
Total	13.513	1.332	14.845	14.351	1.345	15.696
Passivo						
Arrendamentos mercantis financeiros	(1.484)	(3.200)	(4.684)	(1.242)	(3.592)	(4.834)
Operações de mútuo	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)
Pré pagamento de exportação	(44.688)	(114.467)	(159.155)	(37.373)	(112.835)	(150.208)
Fornecedores	(16.910)	-	(16.910)	(9.525)	-	(9.525)
Compras de petróleo, derivados e outras	(5.587)	-	(5.587)	(5.001)	-	(5.001)
Afretamento de plataformas	(3.606)	-	(3.606)	(3.927)	-	(3.927)
Adiantamento de clientes	(1.116)	-	(1.116)	(597)	-	(597)
Outros ^(*)	(6.601)	-	(6.601)	-	-	-
Outras operações	(84)	(464)	(548)	(69)	(439)	(508)
Passivos mantidos para venda	(44)	-	(44)	(44)	-	(44)
Total	(63.210)	(118.131)	(181.341)	(48.253)	(120.181)	(168.434)
				Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017	
Resultado						
Receitas, principalmente de vendas				35.320	32.222	
Variações monetárias e cambiais líquidas				(1.279)	(1.938)	
Receitas (despesas) financeiras líquidas				(2.452)	(2.747)	
Total				31.589	27.537	

(*) Inclui a compra da plataforma P-74 da PNBV.

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.2. Transações comerciais com Empresas do Sistema (controladora)

	Resultado		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018		31.12.2017	
	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017			Ativo Total	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Total	Passivo Total
Controladas (*)										
BR	16.666	16.584	1.516	-	1.516	1.566	(161)	-	(161)	(307)
PIB BV	8.275	4.520	5.022	118	5.140	6.330	(46.068)	(114.467)	(160.535)	(154.072)
Gaspetro	1.917	1.541	885	106	991	953	(370)	-	(370)	(372)
PNBV	377	599	2.244	13	2.257	1.812	(11.029)	-	(11.029)	(4.281)
Transpetro	235	244	845	227	1.072	1.011	(1.163)	-	(1.163)	(1.216)
Logigás	3	(11)	246	826	1.072	1.149	(203)	-	(203)	(238)
Termoelétricas	(46)	(45)	24	29	53	86	(178)	(788)	(966)	(1.012)
Fundo de Investimento										
Imobiliário	(46)	(53)	98	-	98	98	(250)	(1.268)	(1.518)	(1.483)
TAG	11	67	615	-	615	612	(1.031)	-	(1.031)	(1.068)
PDET Off Shore (**)	(17)	(24)	-	-	-	-	(629)	-	(629)	(837)
Outras Controladas	995	375	1.747	11	1.758	1.723	(801)	-	(801)	(679)
	28.370	23.797	13.242	1.330	14.572	15.340	(61.883)	(116.523)	(178.406)	(165.565)
Entidades estruturadas										
CDMPI	(40)	(46)	-	-	-	-	(459)	(1.144)	(1.603)	(1.562)
	(40)	(46)	-	-	-	-	(459)	(1.144)	(1.603)	(1.562)
Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto										
Empresas do Setor Petroquímico	3.160	3.786	147	-	147	172	(17)	-	(17)	(34)
Outras Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	99	-	124	2	126	184	(851)	(464)	(1.315)	(1.273)
	3.259	3.786	271	2	273	356	(868)	(464)	(1.332)	(1.307)
Total	31.589	27.537	13.513	1.332	14.845	15.696	(63.210)	(118.131)	(181.341)	(168.434)

(*) Inclui suas controladas e negócios em conjunto.

(**) Em 23 de agosto de 2017, a Petrobras adquiriu ações da PDET Offshore S.A., que deixou de ser uma Entidade Estruturada para ser uma controlada com 100% de participação.

17.3. Taxas anuais de operações de mútuo

	Ativo		Controladora Passivo	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
De 5,01% a 7%	-	-	-	(3.315)
De 7,01% a 9%	-	-	-	-
Acima de 9,01%	31	34	-	-
Total	31	34	-	(3.315)

17.4. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados (FIDC-NP)

A controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por controladas do Sistema Petrobras. Os valores investidos estão registrados em contas a receber.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017
Contas a receber, líquidas	8.070	14.222
Cessões de direitos creditórios	(19.021)	(25.499)
	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017
Receita Financeira FIDC-NP	218	337
Despesa Financeira FIDC-NP	(336)	(642)
Resultado financeiro	(119)	(305)

17.5. Garantias

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

Data de Vencimento das Operações						31.03.2018	31.12.2017
	PGF ^(*)	PGT ^(**)	PNBV	TAG	Outros	Total	Total
2018	923	-	336	-	34	1.293	1.780
2019	1.100	-	-	-	38	1.138	7.926
2020	5.449	3.822	1.147	-	3.639	14.057	15.497
2021	9.736	-	499	-	785	11.020	22.722
2022	12.422	17.201	3.324	3.726	1.777	38.450	40.152
2023 em diante	132.068	38.284	9.878	-	1.314	181.544	175.312
Total	161.698	59.307	15.184	3.726	7.587	247.502	263.389

(*) Petrobras Global Finance B.V., controlada da PIB BV.

(**) Petrobras Global Trading B.V., controlada da PIB BV.

A PGT, subsidiária integral da Petrobras, presta garantia real em duas operações de financiamento que a Petrobras obteve junto ao China Development Bank (CDB), com vencimentos em 2026 e 2027, por meio da colateralidade de seus recebíveis futuros das vendas de petróleo bruto, originadas das exportações da Petrobras, para compradores específicos (no máximo 200.000 bbl/d até 2019, máximo 300.000 bbl/d de 2020 até 2026 e 100.000 bbl/d em 2027), sendo o valor da garantia limitado ao saldo devedor da dívida, que em 31 de março de 2018 é de R\$ 33.656 (US\$ 10.125 milhões), e em 31 de dezembro de 2017 era R\$ 35.775 (US\$ 10.815 milhões).

Destaque-se que em 30 de janeiro de 2018, foi liquidado o saldo de US\$ 2,8 bilhões do financiamento que vencia em 2019.

Em linha com o Plano de Negócios e Gestão da companhia, o alongamento dos prazos de garantia está associado à melhoria do perfil da dívida, conforme nota explicativa 15.

17.6. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 31 de março de 2018, uma controlada da PIB BV mantinha recursos investidos diretamente ou por meio de fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas da PGF, da controlada PDET e de entidades estruturadas consolidadas relacionados principalmente aos projetos CDMPI e Charter, equivalentes a R\$ 4.745 (R\$ 4.675, em 31 de dezembro de 2017).

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.7. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	Jan-Mar/2018		31.03.2018		Jan-Mar/2017		Consolidado	
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo		
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas								
Distribuidoras estaduais de gás natural	1.765	949	414	1.483	971	468		
Empresas do setor petroquímico	3.036	153	34	3.769	194	53		
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	(630)	545	2.670	445	587	2.286		
Subtotal	4.171	1.647	3.118	5.697	1.752	2.807		
Entidades governamentais								
Títulos públicos federais	99	5.733	-	111	5.631	-		
Bancos controlados pela União Federal	(1.111)	20.643	38.694	(1.411)	19.317	40.986		
Setor elétrico (nota explicativa 7.4)	254	17.544	-	611	17.362	1		
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal	-	829	-	2	829	-		
Outros	192	148	496	216	149	716		
Subtotal	(566)	44.897	39.190	(471)	43.288	41.703		
Planos de Pensão	-	231	197	-	226	311		
Total	3.605	46.775	42.505	5.226	45.266	44.821		
Receitas, principalmente de vendas	5.742			6.306				
Compras e serviços	(1.363)			(55)				
Variações monetárias e cambiais líquidas	(274)			209				
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(500)			(1.234)				
Ativo circulante		8.642			8.347			
Ativo não circulante		38.133			36.919			
Passivo circulante			4.559			5.109		
Passivo não circulante			37.946			39.712		
Total	3.605	46.775	42.505	5.226	45.266	44.821		

Em adição às transações acima apresentadas, a Petrobras e a União assinaram, em 2010, o Contrato de Cessão Onerosa, pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de hidrocarbonetos na área do pré-sal, com produção limitada ao volume máximo de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo.

Vide nota explicativa 11.2 para maiores informações sobre o Contrato de Cessão Onerosa.

17.8. Remuneração da administração da companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Petrobras Controladora são apresentadas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Jan-Mar/2018			Jan-Mar/2017		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	4,0	0,2	4,2	3,8	0,3	4,1
Encargos sociais	1,1	-	1,1	1,1	-	1,1
Previdência complementar	0,4	-	0,4	0,3	-	0,3
Remuneração total	5,5	0,2	5,7	5,2	0,3	5,5
Número de membros - média no período ^(*)	8,0	9,0	17,0	8,0	9,0	17,0
Número de membros remunerados - média no período ^(**)	8,0	5,0	13,0	8,0	8,0	16,0

^(*) Corresponde à média do período do número de membros apurados mensalmente.

^(**) Corresponde à média do período do número de membros remunerados apurados mensalmente.

No primeiro trimestre de 2018, a despesa consolidada com a remuneração total de diretores e conselheiros do Sistema Petrobras totalizou R\$ 20,2 (R\$ 20,0 no primeiro trimestre de 2017).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

Os membros do Conselho de Administração que participarem do Comitê de Auditoria Estatutário renunciam à remuneração de Conselheiro de Administração, conforme estabelece o art. 38, § 8º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e os mesmos fizeram jus a uma remuneração total de R\$ 101 mil no período de janeiro a março de 2018 (R\$ 121 mil, considerando os encargos sociais).

Os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria são fixados a 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.

O Conselho de Administração aprovou, no primeiro trimestre de 2018, o programa de remuneração variável (PRV) para os membros da Diretoria Executiva da Petrobras para o exercício de 2018. A remuneração a ser paga varia conforme o percentual de atingimento das metas financeiras e operacionais. O programa prevê o pagamento diferido em cinco anos, e também está condicionado ao atendimento dos pré-requisitos definidos que se forem atingidos poderão gerar o pagamento a partir de 2019.

A Assembleia Geral Ordinária da Petrobras, realizada em 26 de abril de 2018, fixou a remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em até R\$ 28,3 como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019, além de aprovar o aumento do número de integrantes do Conselho de Administração que passou a contar com 11 (onze) participantes.

18. Provisões para desmantelamento de áreas

Passivo não circulante	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Saldo inicial	46.785	33.412
Revisão de provisão	8	13.522
Transferências referentes a passivos mantidos para venda	-	(379)
Utilização por pagamentos	(256)	(2.265)
Atualização de juros	590	2.418
Outros	6	77
Saldo final	47.133	46.785

A companhia revisa anualmente, com data base em 31 de dezembro, seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de petróleo e gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas ou quando houver indicativo de mudanças em suas premissas.

No primeiro trimestre de 2017, a atualização de juros sobre as provisões para desmantelamento foi no valor de R\$ 599.

19. Tributos

19.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Consolidado					
	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
No país						
Tributos sobre o lucro	1.503	1.464	847	130	-	-
Programas de regularização de débitos federais	-	-	660	753	2.249	2.219
	1.503	1.464	1.507	883	2.249	2.219
No exterior	127	120	118	107	-	-
Total	1.630	1.584	1.625	990	2.249	2.219

Demais impostos e contribuições	Consolidado							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante*	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Impostos no país:								
ICMS / ICMS diferido	3.023	3.089	2.240	2.338	3.164	3.377	-	-
PIS e COFINS / PIS e COFINS diferido	2.981	2.711	7.525	7.548	2.742	2.711	-	-
CIDE	34	47	-	-	338	344	-	-
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	5.650	5.311	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	294	520	-	-
Programas de regularização de débitos federais	-	-	-	-	1.376	2.144	-	-
Outros	607	566	254	237	478	545	306	284
Total no país	6.645	6.413	10.019	10.123	14.042	14.952	306	284
Impostos no exterior	59	65	52	48	73	94	-	-
Total	6.704	6.478	10.071	10.171	14.115	15.046	306	284

(*) Os valores de demais impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outras contas e despesas a pagar".

19.2. Programas de regularização de débitos federais

Em 2017, foram instituídos programas de regularização tributária de débitos que possibilitaram à companhia a quitação de débitos beneficiando-se de reduções de juros, multas e encargos legais, bem como da utilização de créditos de prejuízo fiscal, observando as obrigações impostas por cada programa, permitindo assim o encerramento de relevantes disputas judiciais com redução de débitos de natureza tributária e não tributária no total de R\$ 38.136, junto a Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e de autarquias e fundações públicas federais, conforme demonstrado a seguir:

Medida Provisória	Convertida em Lei	Programas	Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor a ser pago, após benefício
766	-	Instituiu o Programa de Regularização Tributária (PRT) (*)	1.660	-	1.660
783	13.496	Instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	7.259	3.285	3.974
780	13.494	Instituiu o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD)	1.076	358	718
795	13.586	Regularização de IRRF sobre remessas ao exterior para pagamento de afretamento de embarcações	28.141	26.418	1.723
			38.136	30.061	8.075

(*) Benefício de quitação de 80% dos débitos com créditos de prejuízo fiscal

Informações mais detalhadas sobre os Programas de regularização de débitos federais são apresentados na nota explicativa 21.2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A seguir está apresentada a movimentação das obrigações da companhia referentes aos programas de regularização de débitos federais:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31.12.2017	Pagamento	Atualização Monetária	Outros	Consolidado 31.03.2018
PRT					
IRPJ/CSLL	507	-	-	-	507
Outros tributos	-	-	-	-	-
	507	-	-	-	507
PERT					
IRPJ/CSLL	2.461	(50)	50	(63)	2.398
Outros tributos	131	(195)	7	63	6
	2.592	(245)	57	-	2.404
PRD					
Participações especiais e royalties	288	(309)	6	15	-
Lei nº 13.586/17					
IRRF	1.723	(382)	24	9	1.374
Total	5.110	(936)	87	20	4.285
Circulante					2.036
Não Circulante					2.249

Os saldos relativos aos programas de regularização de débitos federais apresentam os prazos de vencimento a seguir:

	2018	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023	Consolidado Total
PRT	507	-	-	-	-	-	507
PERT	152	203	203	203	203	1.440	2.404
LEI 13.586/17	1.374	-	-	-	-	-	1.374
TOTAL	2.033	203	203	203	203	1.440	4.285

19.3. Programas de anistias estaduais

No primeiro trimestre de 2018, a Petrobras aderiu a programas de anistias e de remissão estadual para pagamento à vista de débitos de ICMS administrados pelos estados do Rio Grande do Norte e Tocantins. Dessa forma, a companhia reconheceu como despesas tributárias o total de R\$ 80.

19.4. Legislação Tributária

REPETRO-SPED aplicável ao ICMS

Com a instituição do REPETRO-SPED a partir da MP 795/2017, posteriormente convertida na Lei nº. 13.586, de 28 de dezembro de 2017, fez-se necessária a edição de novo Convênio pelo CONFAZ com o objetivo de autorizar os Estados a concederem os incentivos fiscais aplicáveis ao ICMS, em conformidade com o novo modelo de regime especial para as atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural aprovado no âmbito federal.

Nesse contexto, em 17 de janeiro de 2018 foi publicado o Convênio ICMS nº. 03/2018, ratificado em âmbito nacional por meio do Ato Declaratório CONFAZ nº. 03, de 1º de fevereiro de 2018, pelo qual os Estados foram autorizados a reduzir a base de cálculo do ICMS na importação ou na venda, no mercado nacional, de bens permanentes, assim como a isentar o ICMS na importação de bens temporários. Além disso, foi prevista a isenção do ICMS para a migração entre regimes de bens admitidos anteriormente a 31 de dezembro de 2017, além da isenção na transferência de beneficiários.

Até o presente momento, apenas os Estados do Rio de Janeiro, através do Decreto Executivo nº. 46.233, de 5 de fevereiro de 2018, de São Paulo, através do Decreto Executivo nº. 63.208, de 8 de fevereiro de 2018, da Bahia, através do Decreto Executivo nº. 18.289, de 27 de março de 2018, introduziram em suas ordens normativas internas, os incentivos autorizados pelo Convênio ICMS nº. 03/2018. O Estado do Espírito Santo editou a Lei nº. 10.814, de 02 de abril de 2018, ainda pendente de regulamentação.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Imobilizado									Total
	Custo com prospecção e desmantelamento de áreas	Outros (*)	Empréstimos, contas a receber / pagar e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Benefícios concedidos a empregados	Outros	
Em 1º de janeiro de 2017	(36.518)	3.055	11.446	(294)	3.676	19.684	1.398	9.807	928	13.182
Reconhecido no resultado do exercício	1.148	(4.108)	(3.569)	(200)	3.671	888	434	-	446	(1.290)
Reconhecido no patrimônio líquido (**)	-	-	(2.718)	-	-	(223)	-	(892)	28	(3.805)
Ajuste acumulado de conversão	-	10	-	-	-	88	-	-	-	98
Utilização de créditos tributários	-	-	-	-	-	(873)	-	-	-	(873)
Outros	-	(598)	(51)	64	(67)	386	51	(31)	351	105
Em 31 de dezembro de 2017	(35.370)	(1.641)	5.108	(430)	7.280	19.950	1.883	8.884	1.753	7.417
Adoção inicial IFRS 9	-	-	485	-	-	-	-	-	-	485
Em 1º de janeiro de 2018	(35.370)	(1.641)	5.593	(430)	7.280	19.950	1.883	8.884	1.753	7.902
Reconhecido no resultado do período	2.430	(1.613)	(2.058)	(96)	172	1.054	(337)	326	(512)	(634)
Reconhecido no patrimônio líquido (**)	-	-	(531)	-	-	-	-	-	-	(531)
Ajuste acumulado de conversão	-	5	(30)	-	-	23	-	-	(1)	(3)
Utilização de créditos tributários	-	-	-	-	-	(833)	-	-	(54)	(887)
Outros	-	(29)	55	(69)	6	37	-	33	(4)	29
Em 31 de março de 2018	(32.940)	(3.278)	3.029	(595)	7.458	20.231	1.546	9.243	1.182	5.876
Impostos diferidos ativos										11.373
Impostos diferidos passivos										(3.956)
Em 31 de dezembro de 2017										7.417
Impostos diferidos ativos										11.484
Impostos diferidos passivos										(5.608)
Em 31 de março de 2018										5.876

(*) Inclui, principalmente, ajustes de perda no valor de recuperação de ativos e juros capitalizados.

(**) Os valores reconhecidos como empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos, referem-se ao efeito tributário sobre a variação cambial registrada em outros resultados abrangentes (hedge de fluxo de caixa), conforme nota explicativa 30.2.

A companhia mantém o reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos fundamentados nas projeções baseadas no PNG e que não ultrapassam dez anos.

19.6. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017
Lucro (prejuízo do período) antes dos impostos	11.080	7.127
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(3.767)	(2.423)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	146	36
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior (*)	(82)	(21)
Incentivos fiscais	74	136
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(35)	190
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas (**)	(260)	(247)
Outros	(32)	9
Imposto de renda e contribuição social	(3.955)	(2.320)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(634)	(1.494)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.321)	(826)
Total	(3.955)	(2.320)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	35,7%	32,6%

(*) Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos nos períodos por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.

(**) Inclui equivalência patrimonial e despesa com plano de saúde.

20. Benefícios concedidos a empregados

20.1. Planos de pensão e de saúde

A descrição detalhada dos planos de pensão e saúde patrocinados pela companhia para empregados (ativos e assistidos) e dependentes, no Brasil e no exterior, é apresentada na nota explicativa 22 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde com característica de benefício definido está representada a seguir:

	Planos de pensão				Saúde AMS	Outros Planos	Consolidado Total
	Petros	Petros 2					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	35.040	955	36.549	124	72.668		
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	(2.123)	(340)	(3.738)	2	(6.199)		
(+) Custos incorridos no exercício	4.015	246	4.410	34	8.705		
(-) Pagamento de contribuições	(733)	-	(1.489)	(10)	(2.232)		
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(712)	-	-	-	(712)		
Outros	-	-	-	(18)	(18)		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.487	861	35.732	132	72.212		
Circulante	1.463	-	1.328	-	2.791		
Não Circulante	34.024	861	34.404	132	69.421		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.487	861	35.732	132	72.212		
(+) Custos incorridos no período	901	51	983	8	1.943		
(-) Pagamento de contribuições	(302)	-	(359)	(1)	(662)		
Outros	-	-	-	98	98		
Saldo em 31 de março de 2018	36.086	912	36.356	237	73.591		
Circulante	1.647	-	1.328	7	2.982		
Não Circulante	34.439	912	35.028	230	70.609		
Saldo em 31 de março de 2018	36.086	912	36.356	237	73.591		

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	Planos de pensão		Saúde AMS	Outros Planos	Consolidado
	Petros	Petros 2			Total
Custo do serviço	76	30	141	4	251
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	825	21	842	4	1.692
Custo Líquido em Jan-Mar/2018	901	51	983	8	1.943
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	148	27	214	1	390
Diretamente no resultado	72	15	110	5	202
Relativa aos assistidos	681	9	659	2	1.351
Custo Líquido em Jan-Mar/2018	901	51	983	8	1.943
Custo Líquido em Jan-Mar/2017	1.004	62	1.103	8	2.177

Em 31 de março de 2018, a companhia possuía em volume de estoque de petróleo e/ou derivados oferecido como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 com a Petros, no valor de R\$ 14.187 (R\$ 13.454, em 31 de dezembro de 2017).

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. No primeiro trimestre de 2018, a contribuição da companhia para a parcela de contribuição definida no Plano Petros 2 foi de R\$ 226 (R\$ 236 no primeiro trimestre de 2017).

Plano de equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP)

O déficit de R\$ 22,6 bilhões acumulado até o exercício de 2015, atualizado até dezembro de 2017, com base na meta atuarial (IPCA + 5,70% a.a.), para R\$ 27,3 bilhões está sendo equacionado com base nas regras estabelecidas no Plano de equacionamento do déficit (PED), aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros, em 12 de setembro de 2017, e apreciado pelo Conselho de Administração da Petrobras e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

As contribuições extras por parte dos participantes e patrocinadoras iniciaram em março de 2018 e a companhia está cumprindo as decisões judiciais referentes a estas contribuições.

Conforme as Leis Complementares 108/2001 e 109/2001, bem como a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC 26/2008, o déficit deve ser equacionado paritariamente entre as patrocinadoras (Petrobras, Petrobras Distribuidora e Fundação Petros) e os participantes e assistidos do PPSP. Sendo assim, cabe à Petrobras um valor total de R\$ 12,8 bilhões e à Petrobras Distribuidora – BR, R\$ 0,9 bilhão.

O desembolso pelas patrocinadoras será decrescente ao longo de 18 anos, e é estimado, no primeiro ano, em R\$ 1,4 bilhão para a Petrobras e R\$ 89 para a BR.

Cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP)

Em 15 de fevereiro de 2018, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) autorizou a cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), que ocorreu em 1º de abril de 2018, com a divisão em dois planos independentes: PPSP - Repactuados (PPSP-R) e PPSP - Não Repactuados (PPSP-NR).

A cisão teve origem nos processos de repactuação das regras do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), ocorridos nos anos de 2006-2007 e 2012, quando os participantes tiveram a opção de escolher entre a alteração ou não das regras de reajuste do seu benefício. Neste processo, cerca de 75% dos participantes do plano aceitaram mudar a forma de reajuste e passaram a ter a correção de seu benefício vinculada apenas à inflação (variação do IPCA). E os demais, que não repactuaram, continuaram com o benefício atrelado aos reajustes de salário dos trabalhadores ativos da Petrobras e demais patrocinadoras do plano.

20.2. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

O montante a ser distribuído aos empregados a título de PLR é calculado com base em seis indicadores corporativos cujas metas são definidas a cada ano pela Diretoria Executiva da companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração durante a revisão do Plano de Negócios e Gestão – PNG. Os indicadores são:

- Limite de volume de petróleo e derivados vazado;
- Custo unitário de extração sem participação governamental-Brasil;
- Produção de óleo e LGN-Brasil;
- Carga fresca processada-Brasil;
- Eficiência das Operações com Navio; e
- Atendimento à programação de entrega de gás natural.

O atingimento das metas individuais deste conjunto de indicadores leva a um percentual de cumprimento global de metas, utilizado como base na definição do percentual do lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras a ser distribuído aos empregados, que em 31 de março de 2018, corresponde a 6,25%. Entretanto, caso a empresa não tenha lucro e todas as metas sejam alcançadas, o valor a ser pago individualmente será de metade da remuneração mensal do empregado acrescido de metade do menor valor pago da PLR no exercício anterior, conforme acordo de metodologia para definição e pagamento de PLR no Sistema Petrobras assinado com os sindicatos e válido até março de 2019.

As empresas Liquigás, FCC e Ibiritermo possuem metodologia específica para cálculo de PLR, negociada com os seus respectivos sindicatos, por meio de convenção coletiva de trabalho, distinta do acordo de PLR das demais empresas do Sistema Petrobras.

O montante provisionado relativo à PLR no primeiro trimestre de 2018, reconhecido em outras despesas líquidas, foi de R\$ 451 (R\$ 278, no primeiro trimestre de 2017), dos quais R\$ 9 referem-se ao complemento de PLR do exercício de 2017.

20.3. Plano de incentivo ao desligamento voluntário

A companhia implementou alguns programas de incentivo ao desligamento voluntário, conforme descrito a seguir:

	Inscritos	Desligados	Desistentes	Empregados Ativos
Petrobras (PIDV 2014 e 2016)	19.499	(16.459)	(2.806)	234
Petrobras Distribuidora (PIDV BR 2014, 2015 e 2016)	2.163	(1.679)	(412)	72
Total	21.662	(18.138)	(3.218)	306

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Desta forma, a companhia já registrou um total de 18.138 desligamentos nestes planos, cuja movimentação da provisão em 31 de março de 2018, está representada a seguir:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Saldo inicial	112	2.644
Inscritos no PIDV da BR 2016 ^(*)	32	-
Revisão de provisão (desistências / atualização)	(9)	(757)
Utilização por desligamento	(8)	(1.775)
Saldo final	127	112
Circulante	127	112

(*) Em 29 de janeiro de 2018, a Petrobras Distribuidora reabriu seu PIDV (BR 2016) para os funcionários desistentes no programa inicial, encerrando as inscrições em 02 de março de 2018.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social realizado

Em 31 de março de 2018, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.432 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

21.2. Outros Resultados Abrangentes

No primeiro trimestre de 2018 foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, principalmente os seguintes efeitos:

- ajuste acumulado de conversão credor, no montante de R\$ 895, decorrente da tradução das demonstrações financeiras de controladas no exterior em moeda funcional diferente do real.
- hedge* de fluxo de caixa de exportações, aumentando o patrimônio líquido no período de R\$ 1.031, líquido de impostos e do efeito de reclassificação de parte da variação cambial para resultado. Em 31 de março de 2018, o valor da variação cambial acumulada em outros resultados abrangentes é de R\$ 18.811, líquido de impostos, conforme nota explicativa 30.2.

21.3. Resultado por ação

	Jan-Mar/2018			Consolidado e Controladora Jan-Mar/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído igualmente entre as classes de ações	3,972	2,989	6,961	2,538	1,911	4,449
Denominador básico e diluído						
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,53	0,53	0,53	0,34	0,34	0,34

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Receita de vendas

	Consolidado	
	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017
Receita bruta de vendas	95.475	86.485
Encargos de vendas ^(*)	(21.014)	(18.120)
Receita de vendas ^(**)	74.461	68.365
Diesel	20.218	19.207
Gasolina automotiva	13.306	13.737
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	3.749	2.631
Querosene de aviação (QAV)	3.046	2.442
Nafta	1.856	2.642
Óleo combustível (incluindo bunker)	995	992
Outros derivados de petróleo	3.357	2.754
Subtotal de derivados	46.527	44.405
Gás natural	4.403	3.391
Etanol, nitrogenados e renováveis	1.713	2.826
Eletricidade	1.679	1.565
Serviços e outros	993	687
Mercado interno	55.315	52.874
Exportações	13.529	11.577
Vendas no exterior ^(***)	5.617	3.914
Mercado externo	19.146	15.491
Receitas de vendas ^(**)	74.461	68.365

(*) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.

(**) A receita de vendas por segmento de negócio está apresentada na nota explicativa 27.

(***) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações.

No primeiro trimestre de 2018 e de 2017, não houve clientes que representassem 10% do total de vendas da companhia isoladamente.

Os impactos da adoção do IFRS 15 sobre o resultado do primeiro trimestre de 2018 estão apresentados na nota explicativa 4.

23. Outras despesas líquidas

	Consolidado	
	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017
Plano de pensão e saúde (inativos)	(1.351)	(1.529)
(Perdas) / Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.272)	(1.255)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(775)	(1.359)
Resultado com derivativos de commodities	(705)	-
Participação nos lucros ou resultados	(451)	(278)
Relações institucionais e projetos culturais	(113)	(160)
Despesas operacionais c/ termelétricas	(82)	(75)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(80)	(42)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(58)	21
Gastos (reversões) com PIDV	(23)	275
PCE/perdas sobre outros recebíveis	(22)	(111)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	-	(116)
Ressarcimento de gastos referentes à Operação Lava Jato	1	-
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	181	290
Resultado com alienações e baixas de ativos (*)	3.261	(123)
Outros	219	567
Total	(1.270)	(3.895)

(*) Inclui basicamente o ganho nos desinvestimentos nos campos de Iara e Lapa além do recebimento da segunda parcela no desinvestimento do bloco exploratório BM-5-8, conforme nota explicativa 9.1.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

24. Custos e despesas por natureza

	Consolidado	
	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017
Matérias-primas e produtos para revenda	(14.453)	(12.616)
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(16.513)	(11.833)
Depreciação, depleção e amortização	(11.057)	(10.766)
Gastos com pessoal	(7.228)	(7.753)
Participação governamental	(7.984)	(6.335)
(Perdas)/ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.272)	(1.255)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(775)	(1.359)
Resultado com derivativos de commodities	(705)	-
Tributárias	(481)	(291)
Perdas de créditos esperadas	(443)	6
Relações institucionais e projetos culturais	(113)	(160)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(80)	(42)
Reversão/(perda) no valor de recuperação de ativos - Impairment	(58)	21
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(26)	(24)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	-	(116)
Ressarcimento de gastos referentes à Operação Lava Jato	1	-
Varição dos estoques	1.280	(1.449)
Resultado com alienações e baixas de ativos ^(*)	3.261	(123)
Total	(56.646)	(54.095)

Na Demonstração do Resultado

Custo dos produtos e serviços vendidos	(47.688)	(44.579)
Despesas com vendas	(4.128)	(2.390)
Despesas gerais e administrativas	(2.142)	(2.307)
Tributárias	(481)	(291)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(442)	(296)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(495)	(337)
Outras despesas líquidas	(1.270)	(3.895)
Total	(56.646)	(54.095)

(*) Inclui áreas devolvidas, projetos cancelados e ganho nos desinvestimentos nos campos de Lapa e Lapa, além do recebimento da segunda parcela no desinvestimento do bloco exploratório BM-5-8, conforme nota explicativa 9.1.

25. Resultado financeiro líquido

	Consolidado	
	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017
Despesa com endividamentos	(6.538)	(6.642)
Variações cambiais e monetárias sobre endividamento líquido ^(*)	(3.239)	(3.092)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	450	420
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(9.327)	(9.314)
Encargos financeiros capitalizados	1.613	1.532
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	351	109
Resultado com títulos e valores mobiliários	19	(1)
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(594)	(603)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	301	173
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	391	349
Resultado financeiro líquido	(7.246)	(7.755)
Receitas	1.101	933
Despesas	(5.850)	(5.945)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(2.497)	(2.743)
Total	(7.246)	(7.755)

(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

26. Informações complementares a demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado	
	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017
Valores pagos e recebidos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	807	897
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	3	2
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	4	44
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	18	141

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

27. Informações por segmento

As informações segmentadas refletem a estrutura de avaliação da alta administração em relação ao desempenho e à alocação de recursos aos negócios.

Ativo Consolidado por Segmento de Negócio - 31.03.2018

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	23.844	39.527	5.186	210	9.222	84.675	(17.252)	145.412
Não circulante	456.498	127.158	52.703	435	10.408	32.359	(820)	678.741
Realizável a longo prazo	26.102	11.031	5.188	11	3.558	27.091	(667)	72.314
Investimentos	4.090	5.497	2.931	134	3	19	-	12.674
Imobilizado	421.343	109.969	43.637	290	6.123	4.738	(153)	585.947
Em operação	305.633	96.108	34.532	277	5.336	3.938	(153)	445.671
Em construção	115.710	13.861	9.105	13	787	800	-	140.276
Intangível	4.963	661	947	-	724	511	-	7.806
Ativo	480.342	166.685	57.889	645	19.630	117.034	(18.072)	824.153

Ativo Consolidado por Segmento de Negócio - 31.12.2017

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	25.056	41.912	5.992	213	9.795	90.878	(17.937)	155.909
Não circulante	453.344	127.015	55.391	413	10.451	30.676	(1.684)	675.606
Realizável a longo prazo	25.206	11.014	7.924	12	3.553	24.772	(1.526)	70.955
Investimentos	4.727	4.937	2.747	108	16	19	-	12.554
Imobilizado	418.421	110.488	43.767	293	6.158	5.388	(158)	584.357
Em operação	302.308	96.652	34.999	280	5.300	4.320	(158)	443.701
Em construção	116.113	13.836	8.768	13	858	1.068	-	140.656
Intangível	4.990	576	953	-	724	497	-	7.740
Ativo	478.400	168.927	61.383	626	20.246	121.554	(19.621)	831.515

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - 31.03.2018

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	40.708	55.329	9.198	220	23.416	-	(54.410)	74.461
Intersegmentos	39.014	12.123	2.757	202	314	-	(54.410)	-
Terceiros	1.694	43.206	6.441	18	23.102	-	-	74.461
Custo dos produtos vendidos	(24.088)	(49.157)	(5.833)	(207)	(21.845)	-	53.442	(47.688)
Lucro bruto	16.620	6.172	3.365	13	1.571	-	(968)	26.773
Despesas	850	(2.368)	(2.574)	(21)	(1.029)	(3.781)	(35)	(8.958)
Vendas	(69)	(1.443)	(1.837)	(1)	(755)	4	(27)	(4.128)
Gerais e administrativas	(250)	(343)	(122)	(15)	(200)	(1.212)	-	(2.142)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(442)	-	-	-	-	-	-	(442)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(335)	(10)	(13)	-	(1)	(136)	-	(495)
Tributárias	(164)	(80)	(35)	(4)	(22)	(176)	-	(481)
Outras receitas (despesas), líquidas	2.110	(492)	(567)	(1)	(51)	(2.261)	(8)	(1.270)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	17.470	3.804	791	(8)	542	(3.781)	(1.003)	17.815
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(7.246)	-	(7.246)
Resultado de participações em investimentos	1	440	75	(5)	-	-	-	511
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	17.471	4.244	866	(13)	542	(11.027)	(1.003)	11.080
Imposto de renda e contribuição social	(5.940)	(1.293)	(269)	2	(184)	3.387	342	(3.955)
Lucro líquido (prejuízo)	11.531	2.951	597	(11)	358	(7.640)	(661)	7.125
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	11.536	3.056	481	(11)	271	(7.711)	(661)	6.961
Acionistas não controladores	(5)	(105)	116	-	87	71	-	164
Lucro líquido (prejuízo)	11.531	2.951	597	(11)	358	(7.640)	(661)	7.125

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - 31.03.2017

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	33.251	53.929	7.703	163	20.912	-	(47.593)	68.365
Intersegmentos	32.131	12.763	2.214	157	328	-	(47.593)	-
Terceiros	1.120	41.166	5.489	6	20.584	-	-	68.365
Custo dos produtos vendidos	(21.430)	(46.551)	(5.260)	(178)	(19.369)	-	48.209	(44.579)
Lucro bruto	11.821	7.378	2.443	(15)	1.543	-	616	23.786
Despesas	(1.933)	(2.122)	(888)	5	(985)	(3.654)	61	(9.516)
Vendas	(103)	(1.377)	(235)	(2)	(748)	7	68	(2.390)
Gerais e administrativas	(245)	(367)	(168)	(23)	(215)	(1.289)	-	(2.307)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(296)	-	-	-	-	-	-	(296)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(162)	(10)	(13)	-	-	(152)	-	(337)
Tributárias	(34)	(57)	(62)	(9)	(19)	(110)	-	(291)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.093)	(311)	(410)	39	(3)	(2.110)	(7)	(3.895)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	9.888	5.256	1.555	(10)	558	(3.654)	677	14.270
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(7.755)	-	(7.755)
Resultado de participações em investimentos	34	543	89	(55)	-	1	-	612
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	9.922	5.799	1.644	(65)	558	(11.408)	677	7.127
Imposto de renda e contribuição social	(3.362)	(1.787)	(529)	3	(189)	3.774	(230)	(2.320)
Lucro líquido (prejuízo)	6.560	4.012	1.115	(62)	369	(7.634)	447	4.807
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	6.500	4.060	1.021	(62)	369	(7.886)	447	4.449
Acionistas não controladores	60	(48)	94	-	-	252	-	358
Lucro líquido (prejuízo)	6.560	4.012	1.115	(62)	369	(7.634)	447	4.807

28. Processos judiciais e contingências

28.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; e (iii) ações de terceirizados.
- Processos fiscais, incluindo: (i) não homologação de compensações de tributos federais; (ii) demandas relacionadas ao recolhimento de ICMS na venda de querosene de aviação; e (iii) aproveitamento de créditos de ICMS na importação de plataformas.
- Processos cíveis referentes a: (i) acordo, sujeito à aprovação judicial, para encerrar a ação coletiva consolidada perante a Corte Federal de Nova Iorque; (ii) cobrança de royalties sobre a atividade de extração de xisto; (iii) reclamação por descumprimento contratual relacionado à construção de plataforma; (iv) indenização decorrente de ação de desapropriação de área para constituição de servidão de passagem; (v) cobrança de royalties e participações governamentais sobre produção de gás; (vi) multas aplicadas pela ANP relativas a sistemas de medição; e (vii) ação de indenização de natureza cível.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo circulante e não circulante	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Processos trabalhistas	4.714	4.513
Processos fiscais	4.285	4.065
Processos cíveis	14.609	14.362
Processos ambientais	373	300
Outros processos	2	1
Total	23.983	23.241
Passivo circulante	10.776	7.463
Passivo não circulante	13.207	15.778

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Saldo inicial	23.241	11.052
Adição, líquido de reversão	967	12.726
Utilização	(636)	(1.448)
Atualização de juros	358	909
Outros	53	2
Saldo final	23.983	23.241

Na preparação das demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2018, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

No trimestre findo em 31 de março de 2018, as principais movimentações na provisão para processos judiciais ocorreram na revisão do êxito em ação de indenização de natureza cível e por decisões judiciais e administrativas desfavoráveis à companhia em diversos processos de pequeno valor, que resultaram na alteração da expectativa de perda para provável, bem como pela atualização do saldo provisionado. Em relação à utilização, destaca-se o pagamento de impostos sobre remessa da primeira parcela do Acordo da Ação Coletiva pela Petrobras em 1º de março de 2018, conforme nota explicativa 28.4.1.

28.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Fiscais	12.516	10.922
Cíveis	3.038	2.947
Trabalhistas	4.113	3.998
Ambientais	590	581
Outros	17	17
Total	20.274	18.465

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Saldo inicial	18.465	13.032
Adição, líquido de reversão	1.511	5.155
Utilização	(43)	(441)
Atualização de juros	252	721
Outros	89	(2)
Saldo final	20.274	18.465

No primeiro trimestre de 2018, a companhia realizou depósitos judiciais no montante de R\$ 1.511 decorrentes, em grande parte, da decisão desfavorável proferida pelo Tribunal Regional Federal do RJ em outubro de 2017, ao entender que as remessas para pagamento de afretamento, no período de 1999 a 2002, estariam sujeitas ao IRRF, conforme nota explicativa 28.3.

28.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de março de 2018, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Fiscais	129.989	129.466
Trabalhistas	24.307	23.825
Cíveis - Gerais	32.972	31.825
Cíveis - Ambientais	7.966	7.787
Total	195.234	192.903

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
	31.03.2018	31.12.2017

Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil.

1) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e PIS/COFINS-importação sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações.

Situação atual: A discussão jurídica relacionada à incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, no período de 1999 a 2002, trata da legalidade de ato normativo da Receita Federal que garante alíquota zero para as referidas remessas. A companhia ratifica a classificação da perda como possível em virtude de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia nos Tribunais Superiores e buscará assegurar a defesa de seus direitos.

Os demais processos envolvendo CIDE e PIS/COFINS encontram-se em fase administrativa e judicial diversas e são classificados como possível em função de haver previsão legal em linha com o entendimento da Companhia.

43.543 43.141

2) Lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e CSLL.

Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia nos Tribunais Superiores.

13.312 13.191

3) Pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal.

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	12.111	11.977
4) Incidência da contribuição previdenciária sobre pagamento de abonos e gratificação contingente a empregados.		
Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	5.118	5.097
5) Cobrança da CIDE-Combustível em transações com distribuidoras e postos de combustíveis detentores de medidas liminares que determinavam a venda sem repasse do referido tributo.		
Situação atual: A questão envolve processos na esfera judicial em fases distintas.	2.238	2.224
6) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores pagos como incentivo à repactuação do Plano Petros (ativos e inativos) e serviço passado.		
Situação atual: A sentença publicada em maio e confirmada em junho de 2017 reconheceu a dedutibilidade na base de cálculo IRPJ e da CSLL, porém, limitada a 20% da folha de salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes vinculados ao Plano. Após análise dos fundamentos das referidas decisões, a companhia alterou a expectativa de perda deste processo para provável. As demais questões remanescentes deste item, cujo fundamento jurídico é distinto, permanecem como expectativa de perda possível e encontram-se judicializadas em diversas fases.	2.045	2.028
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de SP.		
7) Aplicação de diferimento de ICMS nas operações de venda de Biodiesel B100, bem como uso da alíquota de 7% em operações interestaduais de venda de Biodiesel B100 com os Estados do Centro-Oeste, Norte, Nordeste e com o Estado do ES.		
Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas.	2.959	2.933
8) Cobrança de ICMS decorrente do desenquadramento da admissão temporária pelo fato de o desembarço aduaneiro da importação da sonda ter sido realizado no Estado do RJ e não no Estado de SP.		
Situação atual: A questão envolve processos em fase judicial.	2.531	2.518
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, BA e AL.		
9) Exigência de ICMS em operações de saída de Líquido de Gás Natural – LGN e C5+ com emissão de documento fiscal não aceito pela fiscalização, bem como questionamento do direito ao aproveitamento do crédito.		
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	4.557	4.519
Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Marataízes, Linhares, Vila Velha e Vitória.		
10) Cobrança do imposto incidente sobre serviços prestados em águas marítimas (ISSQN), em favor de alguns municípios do Estado do ES sob o argumento de que o serviço fora executado em seus "respectivos territórios marítimos".		
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	4.211	4.050
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, SP, PR, RO e MG.		
11) Cobrança de diferenças de alíquotas de ICMS decorrente de vendas de QAV para empresas aéreas no mercado interno e outros questionamentos decorrentes da utilização de benefício fiscal de ICMS.		
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial.	3.632	3.595
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, RN, AL, AM, PA, BA, GO, MA, SP e PE.		
12) Crédito de ICMS não estornado em razão de saídas isentas ou não tributadas promovidas por terceiros em operações subsequentes.		
Situação atual: A questão envolve processos que se encontram na esfera administrativa e judicial diversas.	3.367	3.404
Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do RJ, SP, ES, BA, PE, MG, RS, AL e SE.		
13) Apropriação de crédito de ICMS sobre aquisições de mercadorias que, no entendimento da fiscalização, não configurariam bens do ativo imobilizado.		
Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa, e outros na esfera judicial.	3.255	3.287
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do PR, AM, BA, ES, PA, PE e PB.		
14) Incidência de ICMS sobre diferenças no controle de estoques físico e fiscal.		
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	3.270	3.227
Autor: Secretarias de Fazenda dos Estados de SP, RS e SC.		
15) Cobrança do ICMS referente à importação de gás natural proveniente da Bolívia, sob a alegação de serem esses Estados os destinatários finais (consumidores) do gás importado.		
Situação atual: A questão envolve processos nas esferas judicial e administrativa, além de três ações cíveis originárias em trâmite no Supremo Tribunal Federal.	2.830	2.817
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados de SP, CE, PB, RJ, BA e PA e AL.		
16) Cobrança e creditação de ICMS em operações de consumo interno de óleo bunker e óleo diesel marítimo destinados a embarcações afretadas.		
Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados, sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa e outras na esfera judicial.	1.929	1.912
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do RJ, SP, SE e BA.		
17) Aproveitamento de créditos de ICMS na aquisição de brocas e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração.		
Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas.	1.742	1.696
Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do AM, BA, RS e RJ.		
18) Cobrança de ICMS pelos Estados em razão de controvérsia quanto à formação da base de cálculo nas operações interestaduais e internas de transferências entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte.		
Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa e outros na esfera judicial.	1.492	1.481
Autores: Estados de GO, PA, RJ, RR, SC, SP e TO		
19) Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação à estabelecimento varejista que, no entendimento da fiscalização, há retenção e o recolhimento do ICMS-ST pelas operações posteriores por se tratar de remessa para contribuinte varejista estabelecido no Estado.		
Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas.	1.378	1.376
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de PE.		
20) Cobrança de ICMS sobre as vendas interestaduais de gás natural com destino às distribuidoras localizadas em seu Estado. A fiscalização entende que as operações seriam de transferência, uma vez que as atividades realizadas no city-gate são de industrialização, caracterizando-o como um estabelecimento e conseqüentemente exigindo a diferença entre o imposto		

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

incidente na operação de venda e de transferência.

Situação atual: A questão envolve processos na esfera judicial. 1.123 1.108

Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados de MG, MT, GO, RJ, PA, CE, BA, PR, SE, AL, RN, SP e PR.

21) Apropriação de crédito de ICMS sobre a aquisição de mercadorias (produtos em geral) que, no entendimento da fiscalização, se enquadrariam no conceito de material de uso e consumo, sendo indevido o creditamento do imposto. 1.088 941

Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.

22) Processos diversos de natureza fiscal 12.258 12.944

Total de processos de natureza fiscal 129.989 129.466

Descrição dos processos de natureza trabalhista

Estimativa
31.03.2018 31.12.2017

Autor: SINDIPETRO dos Estados do ES, RJ, BA, MG, SP, PE, PB, SE, AL, RN, CE, PI, PR, SC e RS.

1) Ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).

Situação atual: Aguarda-se julgamento de incidente de recurso repetitivo pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, o qual determinou a suspensão do julgamento do dissídio coletivo de natureza jurídica, instaurado pela Companhia, até o julgamento do mencionado incidente. 15.264 14.940

Autor: Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO/NF.

2) O Autor objetiva a condenação da companhia a remunerar como extraordinária a jornada de trabalho que ultrapassar o limite de 12 horas diárias de trabalho efetivo em regime de sobreaviso. Pretende, ainda, que a companhia seja obrigada a respeitar o limite de 12 horas de efetivo trabalho em regime de sobreaviso e o intervalo interjornada de 11 horas, sob pena de multa diária.

Situação atual: O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho para julgamento do recurso de revista do reclamante. 1.305 1.286

3) Processos diversos de natureza Trabalhista 7.738 7.599

Total de processos de natureza trabalhista 24.307 23.825

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza cível

	31.03.2018	Estimativa 31.12.2017
Autor: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP.		
1) Processos que discutem a determinação da ANP de: unificar os campos de Lula e Cernambi no Consórcio BM-5-11, unificar os Campos de Baúna e Piracaba, unificar os Campos de Tartaruga Verde e Mestiça; e unificar os Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, gerando assim impactos no recolhimento das participações especiais (PE). Situação atual: A lista envolve processos judiciais e arbitrais, conforme abaixo: a) Lula/Cernambi: os valores das supostas diferenças de participações especiais foram depositados judicialmente, porém com a cassação da liminar favorável, segue suspensa a arbitragem e atualmente as diferenças têm sido pagas diretamente para a ANP até que seja reformada a decisão judicial correspondente; b) Baúna e Piracaba: o Tribunal revisou a ordem anterior que vedava o depósito judicial, de modo que a Petrobras, atualmente, vem depositando os valores controversos. Segue suspensa a arbitragem; c) Tartaruga Verde e Mestiças: a Petrobras igualmente foi autorizada a realizar os depósitos dos valores controvertidos. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região entendeu pela competência do Tribunal Arbitral, autorizando o prosseguimento da arbitragem; d) Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, o STJ concluiu seu julgamento no sentido de que é o tribunal arbitral quem deve avaliar se o caso é arbitrável, ou não. O Poder Judiciário proferiu decisões permitindo o prosseguimento da arbitragem. Em seguimento, o Tribunal Arbitral do caso Parque das Baleias proferiu decisão cautelar afastando a cobrança de participações especiais realizadas pela ANP, determinando que a Petrobras ofereça garantia para os débitos a serem negociados com a ANP.	9.300	8.711
2) Processos administrativos que discutem diferença de participação especial e royalties em campos diversos. A linha também inclui discussão por multas aplicadas pela ANP por suposto descumprimento de programa exploratório mínimo e irregularidades no cumprimento de normas aplicáveis à indústria do petróleo. Situação atual: As questões envolvem processos em fase administrativa e fase judicial diversas. Esta linha incluía o processo envolvendo o campo de Lula que foi, em dezembro de 2017, transferido para perda remota, sendo, ao final de março de 2018, zerada a exposição em razão do cancelamento da autuação.	5.502	5.410
Autor: Diversos autores no país e EIG Management Company nos Estados Unidos.		
3) Arbitragens no país e ação judicial nos Estados Unidos relativos à Sete Brasil Participações S.A. ("Sete") Situação atual: As arbitragens estão em diversos estágios, tendo sido proferida sentença em uma delas, na qual foi rejeitado o pedido de indenização em face da Petrobras. A ação judicial proposta pela EIG e afiliadas alega que a Companhia teria praticado fraude ao induzir os autores a investir na "Sete", através de comunicações que teriam deixado de revelar o suposto esquema de corrupção envolvendo a Petrobras e a "Sete". A Corte Distrital de Colúmbia, EUA, acolheu em parte a defesa preliminar da Petrobras (motion to dismiss). A Petrobras recorreu da parte em que foi vencida na decisão e o processo atualmente está suspenso em primeira instância, em virtude da interposição do recurso. No dia 30 de outubro, a Petrobras apresentou uma resposta às contrarrazões da EIG ao recurso, tendo sido realizada uma audiência para apresentação de argumentos orais, no dia 19 de janeiro de 2018, perante a Corte Federal de Apelações do Distrito de Columbia. Não houve ainda uma decisão quanto ao recurso interposto pela Petrobras.	7.248	7.036
Autor: Vantage Deepwater Company e Vantage Deepwater Drilling Inc.		
4) Arbitragem nos Estados Unidos sobre rescisão unilateral de contrato de prestação de serviço de perfuração vinculado ao navio-sonda Titanium Explorer. Situação atual: Foram realizadas audiências para oitiva de testemunhas e alegações finais das partes. A Petrobras segue esperando a decisão do tribunal arbitral.	1.330	1.323
5) Processos diversos de natureza cível	9.592	9.345
Total de processos de natureza cível	32.972	31.825

Descrição dos processos de natureza ambiental

	31.03.2018	Estimativa 31.12.2017
Autor: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual do Paraná, AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, IAP - Instituto Ambiental do Paraná e IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.		
1) Processo judicial que discute obrigação de fazer, indenização em pecúnia e dano moral referente ao acidente ambiental havido no Estado do Paraná em 16 de julho de 2000. Situação atual: Processos julgados procedentes em parte, mediante sentença contra a qual autores e a companhia, ré, interuseram recursos de apelação.	3.205	3.115
Autor: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e Ministério Público Federal.		
2) Processos administrativos decorrentes de multas ambientais relacionadas a operação de exploração e produção (upstream) impugnadas em virtude de divergência quanto à interpretação e aplicação de normas pelo IBAMA, bem como uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal por suposto dano ambiental em virtude do afundamento acidental da Plataforma P-36. Situação atual: Quanto às multas, algumas aguardam julgamento de defesa e recurso na esfera administrativa e outras já estão sendo discutidas judicialmente. E no que toca à ação civil pública, a companhia recorreu da sentença que lhe foi desfavorável no juízo de primeiro grau e acompanha o trâmite do recurso em julgamento pelo Tribunal Regional Federal.	1.449	1.469
3) Processos diversos de natureza ambiental	3.312	3.203
Total de processos de natureza ambiental	7.966	7.787

28.4. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

28.4.1. Ação coletiva nos Estados Unidos e processos relacionados

Entre 8 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015, cinco ações coletivas (*class actions*) foram propostas contra a companhia, Petrobras International Finance Company S.A. ("PifCo"), Petrobras Global Finance BV ("PGF," e coletivamente com a Companhia e PifCo, a "Petrobras"), certos subscritores de ofertas públicas de títulos de dívida feitas pelos Réus da Petrobras (os "Subscritores"), entre outros réus (os "Réus"), perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, nos Estados Unidos (United States District Court for the Southern District of New York, "SDNY" ou a "Corte Distrital"). Estas ações foram consolidadas em 17 de fevereiro de 2015 ("Ação Coletiva Consolidada" ou "Ação Coletiva"). A Corte designou um autor líder, Universities Superannuation Scheme Limited ("USS"), em 4 de março de 2015.

Em resumo, na Ação Coletiva Consolidada, foram apresentados pedidos com base no United States Securities Exchange Act de 1934 (o "Exchange Act") e no United States Securities Act de 1933 (o "Securities Act"), sob a alegação de que a companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na United States Securities and Exchange Commission (a "SEC"), teria reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de induzir os investidores a erro, principalmente com relação ao valor de seus ativos, despesas, lucro líquido e eficácia de seus controles internos sobre as demonstrações financeiras e as políticas anticorrupção, em função de denúncias de corrupção com relação a determinados contratos, o que teria supostamente elevado de maneira artificial o preço dos valores mobiliários da Petrobras.

Adicionalmente à Ação Coletiva Consolidada, trinta e três ações foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte, e uma ação foi proposta na Corte Federal para o Distrito Leste da Pennsylvania, nos Estados Unidos (United States District Court for the Eastern District of Pennsylvania, coletivamente as "Ações Individuais"), com alegações similares àquelas apresentadas na Ação Coletiva Consolidada.

Entre agosto de 2015 e dezembro de 2015, a companhia e determinados réus apresentaram *Motion to Dismiss* requerendo a extinção sumária de pedidos feitos na Ação Coletiva Consolidada e em determinadas Ações Individuais. Alguns pedidos foram extintos de forma definitiva, e outros foram extintos, mas com permissão para que fossem formulados novamente. Portanto, as ações continuaram contra a companhia e outros réus em relação a determinados pedidos. Após a fase de *Motion to Dismiss*, a petição inicial que passou a ser considerada para fins de julgamento, na Ação Coletiva Consolidada, foi a quarta petição consolidada, apresentada em 30 de novembro de 2015 pelos autores USS, Employees' Retirement System of the State of Hawaii ("Hawaii"), North Carolina Department of State Treasurer ("North Carolina", coletivamente "Autores Principais"), e um outro autor cujos pedidos foram posteriormente extintos.

O Juiz determinou que a audiência de julgamento da Ação Coletiva e das Ações Individuais começaria no dia 19 de setembro de 2016, tendo determinado, também, que quaisquer Ações Individuais apresentadas perante a Corte Distrital após 31 de dezembro de 2015 seriam suspensas para todos os efeitos até o encerramento do julgamento das ações consolidadas. Seis das Ações Individuais foram suspensas como resultado desta decisão.

Em 2 de fevereiro de 2016, o Juiz acolheu o pedido dos Autores Principais para certificação de classe, certificando uma classe de investidores cujos pleitos se baseiam no Securities Act representada por Hawaii e North Carolina (a "Classe do Securities Act"), e uma classe dos investidores cujos pleitos se baseiam no Exchange Act, representada por USS (a "Classe do Exchange Act"). A Classe do Securities Act foi definida, em grande parte, como todos os adquirentes de valores mobiliários emitidos por Petrobras, PifCo e/ou PGF, em transações nos Estados Unidos, diretamente em, nos termos de e/ou rastreáveis a ofertas públicas de 15 de maio de 2013 e 11 de março de 2014, e que sofreram prejuízos. A Classe do Exchange Act foi definida, em grande parte, como todos os adquirentes de valores mobiliários da Petrobras, da PifCo e/ou da PGF, entre 22 de janeiro de 2010 e 28 de julho de 2015, na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Securities Exchange) ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos, e que sofreram prejuízos.

Em 15 de junho de 2016, a Corte Federal de Apelações (United States Court of Appeals for the Second Circuit, a “Corte de Apelações”) admitiu recurso da Petrobras e (outros réus) contra a decisão da Corte Distrital que certificou as classes da Ação Coletiva. A Petrobras (e outros réus) requereram ao Juiz que suspendesse os processos perante a Corte Distrital. Em 24 de junho de 2016, o Juiz negou o pedido de suspensão, e, em 27 de junho de 2016, as partes apresentaram seus pedidos de julgamento sumário da causa. A Petrobras (e outros réus), então, solicitaram à Corte de Apelações a suspensão de todos os processos. Em 2 de agosto de 2016, a Corte de Apelações acolheu o pedido de suspensão de todos os processos perante a Corte Distrital, enquanto o recurso estivesse pendente de julgamento.

Entre 21 de outubro de 2016 e 13 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou acordos para encerrar vinte e uma Ações Individuais (as “Ações Individuais Encerradas”), deixando treze Ações Individuais pendentes (seis das quais estavam suspensas desde o ajuizamento) (as “Ações Individuais Pendentes”). Os termos dos acordos das Ações Individuais Encerradas são sigilosos e a Petrobras nega todas as alegações de prática de atos contrários à legislação. Os acordos têm por objetivo eliminar incertezas, ônus e custos associados à continuidade dessas disputas.

Para refletir os acordos celebrados nas Ações Individuais Encerradas, assim como as negociações em estágio avançado com outros autores de ações individuais, a companhia reconheceu R\$ 1.476 no resultado (R\$ 261 em 2017 e R\$ 1.215 em 2016).

Em 7 de julho de 2017, a Corte de Apelações anulou, em parte, a decisão de certificação de classes da Ação Coletiva e determinou que a Corte Distrital reavaliasse o tema.

A Corte de Apelações acolheu parcialmente o recurso da Petrobras (e outros réus), ao rejeitar alguns aspectos da decisão da Corte Distrital e confirmar outros. Dentre outras questões, a Corte de Apelações entendeu que o Juiz deveria ter considerado a necessidade de prova de localização das transações nos Estados Unidos através de evidências comuns aos membros da classe e, caso negativo, se questões coletivas prevaleceriam sobre questões individuais. O efeito da decisão da Corte de Apelações é a anulação das classes certificadas pela Corte Distrital, enquanto pendente a reavaliação do tema em primeira instância.

Em 21 de julho de 2017, a Petrobras (e outros réus) interpuseram recurso para o órgão colegiado superior da Corte de Apelações, impugnando os aspectos da decisão da Corte de Apelações que confirmaram a decisão da Corte Distrital, o qual foi rejeitado em 24 de agosto de 2017.

Em 1º de novembro de 2017, a Petrobras (e outros réus) apresentaram recurso à Suprema Corte contra a decisão da Corte de Apelações referente à certificação de classe. Em 3 de novembro de 2017, a Corte de Apelações acatou o pedido de suspensão do processo apresentado pela Petrobras em 30 de agosto de 2017.

Ao final de dezembro de 2017, a companhia assinou um acordo para encerrar a Ação Coletiva Consolidada, ainda sujeito à aprovação judicial (o “Acordo da Ação Coletiva”).

O Acordo da Ação Coletiva tem por objetivo encerrar todas as demandas atualmente em curso e que poderiam ser propostas por adquirentes de valores mobiliários da Petrobras nos Estados Unidos ou por adquirentes de valores mobiliários da Petrobras listados para transações ou que foram liquidados por meio da Depository Trust Company nos Estados Unidos, inclusive as Ações Individuais Pendentes. Nos termos do Acordo da Ação Coletiva, para fins do acordo apenas, as partes concordaram com a certificação de uma nova classe definida como todos os indivíduos que (i) durante o período entre 22 de janeiro de 2010 e 28 de julho de 2015 (o “Período da Classe”) adquiriram valores mobiliários da Petrobras, incluindo valores emitidos por PifCo e/ou PGF, na Bolsa de Valores de Nova Iorque ou nos termos de outras Transações Cobertas; e/ou (ii) adquiriram valores mobiliários emitidos por Petrobras, PifCo e/ou PGF em Transações Cobertas, diretamente em, nos termos de e/ou rastreáveis à oferta pública de 13 de maio de 2013 registrada nos Estados Unidos e/ou à oferta pública de 10 de março de 2014 registrada nos Estados Unidos, antes que a Petrobras tornasse disponível aos detentores de seus valores mobiliários uma declaração financeira cobrindo um período de pelo menos doze meses a partir da data efetiva das ofertas (11 de agosto de 2014 para a oferta pública de 13 de maio de 2013, e 15 de maio de 2015 para a oferta pública de 10 de março de 2014).

Transações Cobertas foram definidas como (i) qualquer transação relacionada a valores mobiliários da Petrobras listados para transações na Bolsa de Valores de Nova Iorque; (ii) qualquer transação relacionada a valores mobiliários da Petrobras que foram liquidados por meio do sistema de registro da Depository Trust Company; ou (iii) qualquer transação relacionada a valores mobiliários da Petrobras que de outra forma se qualifique como "doméstica" nos termos da decisão da Suprema Corte em *Morrison v. National Australia Bank*, 561 U.S. 247 (2010). Aquisições de valores mobiliários da Petrobras na B3 estão excluídas da definição de Transações Cobertas.

Caso seja aprovado, o Acordo da Ação Coletiva elimina o risco de um julgamento desfavorável, que, conforme anteriormente reportado pela Petrobras, poderia causar um efeito material adverso à companhia e a sua situação financeira, bem como elimina incertezas, ônus e custos associados à continuidade dessa disputa.

No Acordo da Ação Coletiva, a Petrobras (juntamente com sua subsidiária PGF) concordou em pagar US\$ 2.950 milhões (R\$ 9.759), em duas parcelas de US\$ 983 milhões (R\$ 3.252) e uma última parcela de US\$ 984 milhões (R\$ 3.255). Em 1º de março de 2018, a Petrobras e PGF depositaram a primeira parcela do acordo numa conta designada pelo autor-líder da Ação Coletiva ("Escrow Account"), registrada em outros ativos no ativo circulante. A segunda parcela será depositada em até dez dias da aprovação final do Acordo da Ação Coletiva. A terceira parcela será depositada (i) em até seis meses da aprovação final, ou (ii) em 15 de janeiro de 2019, o que acontecer por último. Desta forma, a companhia reconheceu no resultado do quarto trimestre de 2017, em outras despesas líquidas, o valor de R\$ 11.198 considerando impostos (*gross up*) da parcela referente à Petrobras.

Em 16 de janeiro de 2018, a Suprema Corte dos Estados Unidos acolheu um pedido consensual das partes para postergar a análise do recurso da Petrobras enquanto estiver pendente a aprovação final do Acordo da Ação Coletiva.

O Acordo da Ação Coletiva foi apresentado à Corte Distrital para aprovação preliminar. Em 23 de fevereiro de 2018, foi realizada audiência perante a Corte Distrital, tendo o juiz decidido favoravelmente à aprovação preliminar no dia 28 de fevereiro de 2018. Os potenciais membros da classe foram notificados e tiveram a oportunidade de aderir ou não ao acordo, assim como poderão apresentar eventuais objeções que serão apreciadas pela Corte Distrital.

Após a notificação e o período para objeções, a Corte Distrital conduzirá uma audiência, em 4 de junho de 2018, para decidir sobre a aprovação final do Acordo da Ação Coletiva. Caso a aprovação final não seja concedida pela Corte Distrital, ou se o acordo não se tornar final por outras razões, a companhia retornará à posição em que estava antes do Acordo da Ação Coletiva e, dependendo do resultado da disputa subsequente, a companhia pode ser obrigada a pagar quantias substanciais, que podem ter um efeito material adverso à sua condição financeira, seus resultados operacionais consolidados ou seu caixa consolidado para um período de declaração específico.

Algumas pessoas físicas estão buscando medidas no Brasil contra a Petrobras para anular e/ou suspender o Acordo da Ação Coletiva. Até o momento, nenhuma medida adversa foi tomada contra o referido acordo.

Se o Acordo da Ação Coletiva for aprovado de forma definitiva, os autores das Ações Individuais que não exerceram a opção de serem excluídos do Acordo da Ação Coletiva, poderão participar do referido acordo. As ações dos autores que optaram por não aderir ao Acordo da Ação Coletiva, continuarão a tramitar.

As Ações Individuais Pendentes envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, o cronograma definido pela corte, o tempo das decisões judiciais, a obtenção de provas em poder de terceiros ou oponentes, a decisão da corte em questões chave, e análises de peritos. Ressalvado o disposto acima, a companhia não é capaz de determinar uma estimativa confiável de eventuais perdas, se houver, com as Ações Individuais Pendentes de autores que decidiram não aderir ao Acordo da Ação Coletiva.

A companhia pretende se defender firmemente nessas ações.

28.4.2. Ação coletiva movida por Fundação de investidores na Holanda

Em 23 de janeiro de 2017, Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Rotterdam, contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e suas subsidiárias, Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV) e, Petrobras Global Finance B.V. (PGF), e empreendimento controlado em conjunto Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G) e alguns ex-gestores da Petrobras.

A Fundação alega que representa um grupo não identificado de investidores e requer declaração judicial de que os réus teriam atuado ilegalmente em relação a investidores que adquiriram ações ou valores mobiliários emitidos por Petrobras e PGF fora dos EUA antes de 28 de julho de 2015, em conexão com os alegados atos ilegais, afirmando que a suposta perda financeira desses investidores se relacionaria com fatos revelados pela Operação Lava-Jato e, por supostas informações financeiras falsas divulgadas pela companhia.

Petrobras, PGF, PIB BV e PO&G apresentaram petição ao juízo no dia 3 de maio de 2017, comparecendo ao processo e indicando os seus advogados.

Em 23 de agosto de 2017, foi realizada audiência, na Corte Distrital de Rotterdam, para estabelecer o cronograma do processo. Foram definidas, então, as datas das próximas etapas da ação coletiva: (i) apresentação pelas rés de defesas preliminares (novembro de 2017), (ii) a resposta escrita da Fundação (março de 2018) e (iii) realização de audiência acerca dessas manifestações das partes (28 de junho de 2018). O tribunal apresentará sua decisão sobre os temas acima em setembro de 2018. A Petrobras e outros réus apresentaram defesas preliminares em 29 de novembro de 2017 e a Fundação apresentou sua resposta em 28 de março de 2018.

A demanda diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: a legitimidade da Fundação para representar os investidores, as leis aplicáveis ao caso, a produção de provas na posse de terceiros, análises periciais, cronograma a ser definido pela Corte e decisões judiciais sobre questões-chave do processo. Não é possível prever no momento se a empresa será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações, eis que essa análise dependerá do resultado desses procedimentos, bem como se e quais investidores poderiam apresentar pedidos indenizatórios.

Além disso, as alegações feitas são amplas, abrangem vários anos e envolvem uma diversidade de atividades. Todos estes elementos fazem com que o possível impacto dos pedidos da Fundação seja altamente incerto na atual fase do processo. Independentemente disso, a Petrobras acredita ter sido vítima do sistema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato, bem como busca demonstrar e provar essa condição também perante as autoridades holandesas.

Tendo em vista as incertezas presentes no momento, não é possível realizar qualquer avaliação segura a respeito de eventuais riscos relacionados a este litígio. A Fundação não tem direito a reclamar quaisquer perdas e danos e, caso estes sejam reconhecidos, deverão ser fixados em processos específicos posteriores a serem ajuizados pelos próprios investidores ou em nome dos mesmos, a menos que um acordo seja celebrado incluindo esses investidores.

A Petrobras e suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e irão se defender firmemente na ação em referência.

28.4.3. Arbitragens e processos judiciais no Brasil

A companhia também é parte em arbitragens e processos judiciais no Brasil, os quais estão atualmente em suas etapas iniciais. Esses processos foram propostos por investidores que compraram ações na B3 e alegam prejuízos decorrentes dos atos revelados pela Operação Lava Jato.

29. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no total de R\$ 7.268 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 2.878 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 2.667 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 211 referem-se a garantias bancárias.

30. Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua. Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa. Na companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições de instrumentos financeiros derivativos mantidos pela companhia em 31 de março de 2018, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

	Posição patrimonial consolidada				Vencimento
	Valor nominal		Valor Justo		
	31.03.2018	31.12.2017	Posição Ativa (Passiva)	31.12.2017	
Derivativos não designados como Hedge					
Contratos Futuros ⁽¹⁾	(14.600)	(15.561)	(200)	(323)	
Compra/Petróleo e Derivados	75.328	43.862	-	-	2018
Venda/Petróleo e Derivados	(89.928)	(59.423)	-	-	2018
Contratos de Opções ⁽¹⁾	(80)	-	-	-	
Compra/Petróleo e Derivados	(80)	-	-	-	2018
Contratos de Opções OTC ^(*)	128.000	-	916	-	
Venda/Petróleo e Derivados	128.000	-	916	-	2018
Contratos a Termo			-	-	
Compra/Câmbio (BRL/USD) ^(**)	US\$ 101	US\$ 55	5	1	2018
Venda/Câmbio (BRL/USD) ^(**)	US\$ 84	US\$ 78	(5)	(1)	2018
SWAP			717	346	
Câmbio - <i>cross currency swap</i> ^(**)	GBP 700	GBP 700	478	305	2026
Câmbio - <i>cross currency swap</i> ^(**)	GBP 600	GBP 600	239	41	2034
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			1.433	23	

⁽¹⁾ Valor nominal em mil bbl

^(**) Valores em US\$ representam milhões de dólares e valores em GBP representam milhões de libras.

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado do exercício ^(*)		Ganho/(Perda) reconhecido(a) no patrimônio líquido ^(**)		Garantias dadas (recebidas) como colaterais	
	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2017	31.03.2018	31.12.2017
	Derivativos de commodities	(705)	112	-	-	371
Derivativos de moeda	351	2	-	-	(734)	(166)
Derivativos de juros	-	(5)	-	2	-	-
	(354)	109	-	2	(363)	513
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações ^(***)	(2.661)	(2.435)	1.562	7.894	-	-
Total	(3.015)	(2.326)	1.562	7.896	(363)	513

^(*) Valores reconhecidos como resultado financeiro no período.

^(**) Valores reconhecidos como outros resultados abrangentes no exercício.

^(***) Utilizando instrumentos financeiros não derivativos, conforme nota explicativa 30.2.

A análise de sensibilidade do valor dos instrumentos financeiros derivativos com relação aos diferentes tipos de risco de mercado, em 31 de março de 2018 é apresentada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Operações	Risco	Consolidado		
		Cenário Provável ^(*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Derivativos não designados como Hedge				
Contratos Futuros	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	-	(596)	(1.193)
Contratos a Termo	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	-	(14)	(28)
Opções	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	-	(4)	(9)
Opções OTC	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	-	(805)	(902)
		-	(1.419)	(2.132)

^(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Preços de Petróleo e Derivados: valor justo em 31/Mar/2018 / Real x Dólar - valorização do real em 1,8% / GBP x Dólar - valorização da libra em 0,6% Fonte: Focus e Bloomberg

30.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras tem preferência pela exposição ao ciclo de preços, à realização sistemática de proteção das operações de compra ou venda de mercadorias, cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais, com utilização de instrumentos financeiros derivativos. Entretanto, condicionada à análise do ambiente de negócios e das perspectivas de realização do Plano de Negócios e Gestão, a execução de estratégia de proteção ocasional com derivativos pode ser aplicável.

Desta forma, a Petrobras executou estratégia de *hedge* protetivo de parte de sua produção de óleo prevista para o ano de 2018 (contratos de opções – OTC). As operações foram realizadas ao longo dos meses de fevereiro e março, em volume equivalente a 128 milhões de barris de óleo. Foram adquiridas opções de venda com preço de exercício referenciado na média das cotações do petróleo tipo Brent daqueles meses até o fim de 2018, com custo médio de US\$ 3,48 por barril e preço de exercício médio em torno de US\$ 65/barril. O vencimento das opções se dará no fim do ano.

A operação visa proteger parcela da geração operacional de caixa projetada pela companhia para o ano de 2018, garantindo um nível de preço mínimo para o volume de produção objeto da operação sem, entretanto, travar o preço caso a cotação média do Brent no ano supere o valor de referência. Assim, há proteção nos cenários de baixa dos preços e continua havendo fruição dos preços mais elevados nos cenários de alta do *Brent*. O objetivo é reduzir o impacto negativo na geração de caixa da empresa nos cenários de preço mais adverso, aumentando o grau de confiança da estratégia de desalavancagem.

Em 31 de março de 2018, em função da marcação a mercado das opções de venda deste *hedge* protetivo e em decorrência da valorização da *commodity* no mercado internacional, foi apurada uma variação negativa nas opções de venda no montante de R\$ 550, alocada no segmento corporativo, registrada em outras despesas líquidas.

30.2. Gerenciamento de risco cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Política de Gestão de Riscos da Petrobras prevê que a companhia pratique, por princípio, uma gestão integrada de riscos cujo foco não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio – mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis benefícios oriundos da diversificação dos negócios.

Para gerir o risco de variação cambial, a companhia considera conjuntamente todos os fluxos de caixa de suas operações. Isso se aplica especialmente ao risco de variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano, para o qual, a companhia avalia de forma integrada não apenas os seus fluxos de caixa futuros denominados em dólares norte-americanos, como também os fluxos de caixa denominados em reais, mas que sofrem influência da moeda norte-americana, tais como as vendas de diesel e gasolina no mercado interno.

Nesse sentido, o tratamento dos riscos financeiros envolve, preferencialmente, a adoção de ações estruturais, ou seja, envolvendo utilização de operações no âmbito dos negócios da Petrobras.

As variações na taxa de câmbio spot R\$/US\$, assim como de outras moedas em relação ao Real, podem afetar o lucro líquido e balanço patrimonial. Tais consequências podem advir, principalmente, de itens em moeda estrangeira, tais como:

- Transações futuras altamente prováveis;
- Itens monetários; e
- Compromissos firmes.

Nessas situações, a companhia busca mitigar o efeito gerado pelas variações potenciais nas taxas de câmbio spot R\$/US\$, principalmente, por meio da captação de recursos de terceiros em dólares norte-americanos visando redução da exposição líquida entre as obrigações e os recebimentos nessa moeda, representando uma forma de proteção estrutural, levando em conta critérios de liquidez e competitividade de custos.

A proteção ao risco de variação cambial do conjunto das exportações futuras em dólares norte-americanos da companhia em um dado período ocorre por meio do conjunto (portfólio) de endividamento em dólares norte-americanos buscando a proteção mais eficiente considerando as alterações nas posições de tais conjuntos ao longo do tempo.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para tratamento da exposição cambial de certas obrigações da companhia, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a companhia não possua expectativa de fluxos de recebimentos, como ocorre no caso da libra esterlina, por exemplo.

No curto prazo, o tratamento do risco é realizado por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

a) Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da companhia

Considerando a relação de proteção natural e a estratégia de gestão de risco descrita anteriormente, a companhia designa relações de *hedge* entre as variações cambiais de “exportações futuras altamente prováveis” (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações em dólares norte-americanos (instrumentos de proteção), de forma que os efeitos cambiais de ambos sejam reconhecidos no mesmo momento na demonstração de resultado.

Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de dívidas (instrumentos financeiros não derivativos), bem como de contratos de câmbio a termo, foram designados como instrumentos de proteção. Os derivativos vencidos no decorrer do período foram substituídos por dívidas nas relações de *hedge* para os quais haviam sido designados.

As relações de *hedge* individuais foram estabelecidas na proporção de um para um, ou seja, as “exportações futuras altamente prováveis” de cada mês e as proporções dos fluxos de caixa dos endividamentos, utilizadas em cada relação e *hedge* individual, possuem o mesmo valor nominal em dólares norte-americanos. A companhia considera como “exportações futuras altamente prováveis” apenas uma parte do total de suas exportações previstas.

A exposição das exportações futuras da companhia ao risco de variação da taxa de câmbio spot R\$/US\$ (posição ativa) é compensada por exposição inversa equivalente de suas dívidas em dólares norte-americanos (posição passiva) ao mesmo tipo de risco.

As relações de *hedge* podem ser descontinuadas e reiniciadas em cumprimento com a estratégia de gestão de riscos. Neste sentido, tais avaliações são realizadas mensalmente.

Caso as exportações cujas variações cambiais foram designadas em relação de *hedge* deixem de ser consideradas altamente prováveis mas continuem previstas, a relação de *hedge* é revogada e a variação cambial acumulada até a data da revogação é mantida no patrimônio líquido, sendo reclassificado para o resultado no momento em que as exportações ocorrerem.

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Também podem ocorrer situações em que as exportações cujas variações cambiais foram designadas em relação de *hedge* deixem de ser previstas. Nestes casos, a variação cambial, referente às proporções dos fluxos de caixa das dívidas que excederem o total das exportações que ainda sejam consideradas previstas, acumulada no patrimônio líquido até a data da revisão na previsão, é reclassificada imediatamente para o resultado.

Adicionalmente, quando um instrumento financeiro designado como instrumento de *hedge* vence ou é liquidado, a companhia pode substituí-lo por outro instrumento financeiro, de maneira a garantir a continuidade da relação de *hedge*. Similarmente, quando uma transação designada como objeto de proteção ocorre, a companhia pode designar o instrumento financeiro que protegia essa transação como instrumento de *hedge* em uma nova relação de *hedge*.

As potenciais fontes de inefetividade devem-se ao fato dos itens protegidos e dos instrumentos de proteção possuírem prazos de vencimento distintos, bem como pela taxa utilizada para descontar os itens protegidos e os instrumentos de proteção a valor presente. No trimestre findo em 31 de março de 2018, foi reconhecido um ganho cambial de R\$ 22 referente à inefetividade na linha de variação cambial.

Os valores de referência, a valor presente, dos instrumentos de proteção em 31 de março de 2018, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa R\$/US\$ de 3,3238, são apresentados a seguir:

				Valor de referência (a valor presente) dos instrumentos de proteção em 31 de março de 2018		
Instrumento de hedge		Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	US\$ milhões	R\$
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos		Variações cambiais de parte das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa <i>Spot</i> R\$ x US\$	De abril/2018 a março/2028	59.155	196.619
Movimentação do valor de referência (principal e juros)					US\$ milhões	R\$
Designação em 31 de dezembro de 2017					58.400	193.189
Novas designações, revogações e redesignações					6.533	20.839
Realização por exportações					(1.674)	(5.438)
Amortização de endividamento					(4.104)	(13.048)
Variação Cambial					-	1.077
Valor em 31 de março de 2018					59.155	196.619
Valor nominal dos instrumentos de hedge (financiamentos) em 31 de março de 2018					68.151	226.519

As exportações futuras designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 73,5% das exportações futuras altamente prováveis.

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em outros resultados abrangentes em 31 de março de 2018, a ser realizada pelas exportações:

	Variação cambial	Efeito tributário	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(38.058)	12.940	(25.118)
Reconhecido no patrimônio líquido	(2.073)	705	(1.368)
Transferido para resultado por realização	10.059	(3.420)	6.639
Transferido para resultado por exportações previstas que deixaram de ser esperadas/realizadas	8	(3)	5
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(30.064)	10.222	(19.842)
Reconhecido no patrimônio líquido	(1.099)	374	(725)
Transferido para resultado por realização	2.661	(905)	1.756
Saldo em 31 de março de 2018	(28.502)	9.691	(18.811)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PNG 2018-2022, não indica a necessidade de reclassificação de variação cambial do patrimônio líquido para o resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 31 de março de 2018 é demonstrada a seguir:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Consolidado Total
Expectativa de realização	(7.954)	(7.348)	(6.042)	(5.268)	(5.991)	(2.980)	(525)	7.606	(28.502)

b) Contratos de swap – Libra esterlina x Dólar

Em 2017, a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading B.V. (PGT), contratou operação de derivativo denominada cross currency swap, com o objetivo de se proteger da exposição em libras esterlinas versus dólar, devido à emissão de bonds; no valor nominal total de GBP 1300 milhões, sendo GBP 700 milhões com vencimento em dezembro de 2026 e GBP 600 milhões com vencimento em janeiro de 2034. A companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

Instrumentos	Exposição em 31.03.2018	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Ativos	20.622		163	5.156	10.311
Passivos**	(221.682)	Dólar / Real	(1.747)	(55.421)	(110.841)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	196.619		1.550	49.155	98.310
	(4.441)		(34)	(1.110)	(2.220)
Passivos	(335)	lenc / Dólar	5	(84)	(168)
	(335)		5	(84)	(168)
Ativos	79	Euro / Real	3	20	40
Passivos	(35)		(1)	(9)	(18)
	44		2	11	22
Ativos	15.433	Euro / Dólar	13	3.858	7.717
Passivos	(27.089)		(22)	(6.772)	(13.545)
	(11.656)		(9)	(2.914)	(5.828)
Ativos	3	Libra / Real	-	1	2
Passivos	(82)		(4)	(21)	(41)
	(79)		(4)	(20)	(39)
Ativos	11.007	Libra / Dólar	(17)	2.752	5.504
Passivos	(16.425)		25	(4.106)	(8.213)
Derivativo - cross currency swap	6.058		(9)	1.515	3.029
	640		(1)	161	320
Total	(15.827)		(41)	(3.956)	(7.913)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - desvalorização do real em 0,8% / lenc x Dólar - desvalorização do iene em 1,6% / Euro x Dólar - valorização do euro em 0,1% / Libra x Dólar - desvalorização da libra em 0,1% / Real x Euro - desvalorização do real em 3,8% / Real x Libra - desvalorização do real em 4,9%. Fonte: Focus e Bloomberg

(**) Inclui provisão da Class Action (nota explicativa 28.4).

30.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Petrobras, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função de não acarretarem impacto relevante, exceto em função de situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

30.4. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

A carteira de crédito comercial é bastante diversificada entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior.

O crédito concedido a instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias, na aplicação de excedentes de caixa e na definição de contrapartes em operações de derivativos, sendo distribuído entre os principais bancos internacionais classificados como "grau de investimento" pelas principais classificadoras internacionais de riscos e os bancos brasileiros com classificação mínima de risco A2/F2.

30.5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela companhia através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em condições adversas de mercado; bem como através do alongamento do prazo médio de vencimento das dívidas, da ampliação das fontes de financiamento, explorando a capacidade dos mercados doméstico e internacional, desenvolvendo uma forte presença no mercado de capitais e buscando novas fontes de financiamento (novos produtos de captação de recursos e em novos mercados), além da utilização de recursos oriundos do programa de desinvestimento.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Consolidado	
							31.03.2018	31.12.2017
Principal	7.424	9.737	27.716	29.250	59.846	210.161	344.134	365.632
Juros	14.633	19.550	18.579	17.066	14.855	119.680	204.363	200.887
Total	22.057	29.287	46.295	46.316	74.701	329.841	548.497	566.519

31. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Valor justo medido com base em			
	Nível I	Nível II	Nível III	Total do valor justo contabilizado
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	3.945	-	-	3.945
Derivativos de commodities	-	916	-	916
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	717	-	717
Saldo em 31 de março de 2018	3.945	1.633	-	5.578
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.051	346	-	6.397
Passivos				
Derivativos de commodities	(200)	-	-	(200)
Saldo em 31 de março de 2018	(200)	-	-	(200)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(323)	-	-	(323)

Não há transferências relevantes entre os níveis.

O valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 15.1.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, a dívida de curto prazo e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

32. Eventos subsequentes

32.1. Remuneração aos Acionistas

A Assembleia Geral Extraordinária de 26 de abril de 2018 aprovou a reforma estatutária que dentre outras propostas, alterou o artigo 53, que trata da distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

Por oportuno, o Conselho de Administração aprovou, no dia 7 de maio de 2018, o pagamento de JCP, no montante de R\$ 652, que corresponde ao valor bruto de R\$ 0,05 por ação ordinária e preferencial. Esses JCP serão pagos em até 60 dias, com base na posição acionária de 21 de maio de 2018, e deverão ser descontados da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2018. O valor será atualizado monetariamente, de acordo com a variação da taxa Selic, desde a data do efetivo pagamento até o final do referido exercício social.

32.2. Negociação de dívidas do Sistema Eletrobras

Em 30 de abril de 2018, a Petrobras assinou instrumentos contratuais referentes ao acordo negociado com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras relativo à parte das dívidas decorrentes de fornecimento de óleo e gás natural para a geração de energia no norte do país

O acordo contempla a recomposição de garantias nos Contratos de Confissão de Dívida (CCDs) celebrados em 31 de dezembro de 2014, cujo valor atualizado é de R\$ 10,7 bilhões, os quais passarão a contar com uma nova estrutura de garantias reais e um aumento da garantia fidejussória prestada pela Eletrobras até a efetiva privatização das distribuidoras.

Concomitantemente, foram celebrados novos CCDs no valor de R\$ 6,1 bilhões, com garantia prestada pela Eletrobras, sendo R\$ 4,5 bilhões em garantias com condição de eficácia em caso de privatização, que deverão ser quitados em 36 prestações mensais atualizadas por taxas de mercado.

A Eletrobras se comprometeu a assumir aproximadamente R\$ 11 bilhões do valor total negociado, parte do qual de responsabilidade de suas controladas, por intermédio de Instrumentos de Assunção de Dívida (IADs), com garantias reais oferecidas pela própria Eletrobras, condicionados à efetiva privatização das distribuidoras.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em relação à dívida acumulada pela Amazonas Energia com a Petrobras, em virtude do fornecimento de gás natural no âmbito do Estado do Amazonas, permanece em discussão, em ação de cobrança, uma parcela não incluída nessas negociações, no montante aproximado de R\$ 3 bilhões.

O acordo terá impacto nas demonstrações financeiras do 2º trimestre de 2018, com estimativa de reconhecimento de um ganho de cerca de R\$ 2,1 bilhões, antes dos tributos.

33. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2017 e 31 de março de 2018

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas	
	Anual de 2017	ITR do 1T-2018
A companhia e suas operações	1	1
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	2	2
“Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia	3	3
Sumário das principais práticas contábeis	4	4
Estimativas e julgamentos relevantes	5	5
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	7	6
Contas a receber	8	7
Estoques	9	8
Vendas de ativos e outras reestruturações societárias	10	9
Investimentos	11	10
Imobilizado	12	11
Intangível	13	12
Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	15	13
Fornecedores	16	14
Financiamentos	17	15
Arrendamentos mercantis	18	16
Partes relacionadas	19	17
Provisões para desmantelamento de áreas	20	18
Tributos	21	19
Benefícios concedidos a empregados	22	20
Patrimônio líquido	23	21
Receita de vendas	24	22
Outras despesas líquidas	25	23
Custos e Despesas por natureza	26	24
Resultado financeiro líquido	27	25
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	28	26
Informações por segmento	29	27
Processos judiciais e contingências	30	28
Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo	32	29
Gerenciamento de riscos	33	30
Valor justo dos ativos e passivos financeiros	34	31
Eventos subsequentes	35	32

As notas explicativas do relatório anual de 2017 que foram suprimidas no ITR de 31 de março 2018 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas
Novas normas e interpretações	6
Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	14
Contas petróleo e álcool	19.8
Contingências ativas	30.5
Compromisso de compra de gás natural	31
Gestão de capital	33.4
Seguros	33.7

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, declaram que as demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas nos termos da lei ou do estatuto social e que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 31 de março de 2018;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 31 de março de 2018.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2018.

Pedro Pullen Parente
Presidente

Ivan de Souza Monteiro
Diretor Executivo Financeiro e de
Relacionamento com Investidores

Hugo Repsold Júnior
Diretor Executivo de Desenvolvimento da
Produção e Tecnologia

Nelson Luiz Costa Silva
Diretor Executivo de Estratégia,
Organização e Sistema de Gestão

Eberaldo de Almeida Neto
Diretor Executivo de Assuntos Corporativos

Jorge Celestino Ramos
Diretor Executivo de Refino e Gás Natural

Solange da Silva Guedes
Diretora Executiva de Exploração e Produção

João Adalberto Elek Junior
Diretor Executivo de Governança e Conformidade



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros

procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Efeitos da Operação Lava Jato nas operações da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às informações contábeis intermediárias, que descreve que: i) não foi identificada, até o momento, qualquer informação adicional que impactasse de forma relevante a metodologia de cálculo adotada para constituição da baixa com pagamentos indevidos registrada em 30 de setembro de 2014; e ii) investigações internas conduzidas por escritórios de advocacia independentes, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia, e investigação conduzida pela Securities and Exchange Commission - SEC continuam em andamento, sendo que até o presente momento nenhum impacto adicional aquele divulgado nas demonstrações contábeis intermediárias foi identificado.

Nosso relatório não está modificado em função desses assuntos.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos

relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1